



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



**ANDREINA DE MELO LOUVEIRA**

**O DEBATE SOBRE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO  
INFANTIL: TRAÇANDO CARTOGRAFIAS**

**São Carlos  
2015**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**ANDREINA DE MELO LOUVEIRA**

**O DEBATE SOBRE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO  
INFANTIL: TRAÇANDO CARTOGRAFIAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação Cultura e Subjetividade

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Anete Abramowicz.

**São Carlos  
2015**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

L894da Louveira, Andreina de Melo.  
O debate sobre avaliação da qualidade na educação infantil : traçando cartografias / Andreina de Melo Louveira. - São Carlos : UFSCar, 2015.  
100 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2015.

1. Educação infantil. 2. Qualidade na educação. 3. Cartografia. 4. Avaliação. 5. Políticas públicas. I. Título.

CDD: 372 (20<sup>a</sup>)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Educação

---

**Folha de Aprovação**

---

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Andreína de Melo Louveira, realizada em 27/02/2015:

---

Profa. Dra. Anete Abramowicz  
UFSCar

---

Profa. Dra. Andrea Braga Moruzzi  
UFSCar

---

Profa. Dra. Débora de Barros Silveira  
UEMS

---

Profa. Dra. Gabriela Guarnieri de Campos Tebet  
UNICAMP

## **SOBRE O PROCESSO DA PESQUISA**

“[...] escrever é vir-a-ser; escrever é cartografar [...]” (DELEUZE, 1988, p.53)

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela oportunidade de ter alcançado mais uma etapa da minha formação, por tornar um sonho realidade e ter me sustentado durante todo o tempo.

Agradeço aos meus pais, Joel e Marli, que sempre incentivaram e apoiaram meus estudos. Agradeço aos meus irmãos, Rossberg e Talita, por serem tão presentes apesar da distância e sempre terem me apoiado. Reconheço o esforço e o sacrifício de cada um de vocês para que eu pudesse chegar até aqui.

Agradeço imensamente à minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Anete Abramowicz, por tornar possível meu ingresso no mestrado, pelas oportunidades de amadurecimento acadêmico, pelo profissionalismo, pela paciência, franqueza e pelo tempo dedicado à minha formação.

Agradeço às professoras Andréa Braga Moruzzi Débora de Barros Silveira e Gabriela Guarnieri Tebet, que tanto somaram a este trabalho, dedicando tempo para sua leitura e oportunizando grandes contribuições para o andamento desta pesquisa. Em especial, agradeço à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Débora de Barros e ao Prof. Dr. Lucélio Ferreira Simião pela prontidão e apoio que sempre me ofereceram.

Agradeço a Thiago B. Moretti pelo companheirismo, dedicação e amor. Agradeço aos meus amigos de Dourados (MS) e aos novos amigos de São Carlos (SP), especialmente Gustavo e Silvio, que são pessoas extraordinárias. Agradeço também aos demais colegas do grupo, por sempre acrescentarem a pesquisa.

Aos professores do PPGE da Universidade Federal de São Carlos, agradeço por contribuírem significativamente para a minha formação acadêmica, para a docência e para a vida.

À CAPES e ao OBEDUC, agradeço pelo apoio financeiro na realização deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos aqueles que participaram deste momento comigo, todos são especiais e importantes porque contribuíram para a realização deste sonho!

## RESUMO

A presente pesquisa integra o projeto Políticas Públicas Municipais de Educação infantil: diagnóstico e pesquisa, do programa OBEDUC (Observatório da Educação). Financiada pela CAPES, esta dissertação tem por objetivo investigar e identificar as diferentes abordagens teóricas e metodológicas daquilo que foi produzido no Brasil entre 1993 a 2013, no âmbito do campo teórico da 'avaliação' da 'qualidade' na Educação Infantil (EI). Para compreender a produção da 'qualidade' enquanto construção social no interior do conceito "vontade de verdade", utilizou-se como referencial teórico os pressupostos de Foucault (2012, 1988, 1979) sobre relações de poder e construção de uma "vontade de saber". Como direcionamento metodológico, debruçamo-nos sobre a construção do conceito de 'qualidade' a partir da cartografia, que oferece a possibilidade de compreendê-lo enquanto invenção social, sem se sujeitar a dimensões temporais lineares como fatos determinantes, e permite pensá-lo como um conceito atravessado de relações de forças que precisam ser consideradas para se alcançar sua dimensão (BARROS; KASTRUP, 2010). Esta pesquisa foi organizada em três fases: a primeira envolve a descrição do processo de busca por trabalhos nas bases de dados digitais por meio dos descritores "avaliação", "qualidade" e "educação infantil". As bases de dados escolhidas foram Scielo (Scientific Electronic Library Online), Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), Biblioteca Ana Maria Poppovic (BAMP) da Fundação Carlos Chagas (FCC) e Periódicos da CAPES. A segunda fase descreve o processo de organização e construção dos agrupamentos temáticos para análise, orientado por um roteiro de características para leitura que possibilitou agrupar os trabalhos de acordo com suas similitudes teóricas e metodológicas. A terceira fase apresenta a explanação de cada trabalho na perspectiva de seu respectivo agrupamento e discute os principais direcionamentos teóricos que permeiam sua construção. No total, foram analisadas 43 pesquisas que evidenciam as principais abordagens teóricas e metodológicas que têm construído a avaliação da 'qualidade' na EI, principalmente sob a ótica da Psicologia Ambiental, da utilização de escalas de avaliação de ambientes e como uma preparação para o ensino fundamental. Consideramos que a 'qualidade' enquanto invenção social se constrói como atividade política no sentido mais primordial do termo, ou seja, como atividade que organiza e direciona a Educação Infantil.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Qualidade. Avaliação. Cartografia. Políticas Públicas

## ABSTRACT

This research integrates design Municipal Public Policy Children's Education: diagnosis and research, OBEDUC program (Education Observatory). Funded by CAPES, this dissertation aims to investigate and identify the different theoretical and methodological approaches of what was produced in Brazil from 1993 to 2013, within of 'evaluation' of 'quality' in Early Childhood Education (ECE). To understand the production of 'quality' as a social construction within the concept "will to truth", was used as the theoretical framework of assumptions Foucault (2012, 1988, 1979) on power relations and building a "want to know". As a methodological direction, avail ourselves of the construction of the concept of 'quality' from cartography, which provides the ability to understand it as a social invention without subjecting the linear temporal dimensions as key facts and lets think of it as a cross concept forces of relationships that need to be considered to achieve their size (BARROS; KASTRUP, 2010). This research was divided into three phases: the first involves the description of the process of looking for work in digital databases through the descriptors 'evaluation', 'quality' and 'early childhood education'. The selected databases were SciELO (Scientific Electronic Library Online), Anped (National Association of Graduate Studies and Research in Education), BDTD (Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations), Ana Maria Poppovic Library (BAMP) of the Carlos Chagas Foundation (FCC) and CAPES Journal. The second phase describes the process of organization and construction of thematic groupings for analysis, guided by a roadmap of features for reading that allowed grouping the research, according to their theoretical and methodological similarities. The third phase presents the explanation of each research from the perspective of their respective group and discusses the main theoretical directions that permeate its construction. In total, we analyzed 43 studies that evidence the main theoretical and methodological approaches that have built the evaluation of the 'quality' in ECE, particularly from the perspective of environmental psychology, the use of environment assessment scales and as a preparation for teaching fundamental. We believe that the 'quality' as a social invention is constructed as a political activity in the primary sense of the term, that is, as an activity that organizes and directs the Early Childhood Education.

**Key-words:** Early Childhood Education. Quality. Evaluation. Cartography. Public Policies.

## LISTA DE QUADROS

<u>Quadro 1: Número de trabalhos por base de dados</u>	22
<u>Quadro 2: Número de trabalhos por agrupamento temático</u>	23
<u>Quadro 3: Síntese dos trabalhos classificados no agrupamento temático <i>Fundamentos de avaliação da qualidade na Educação Infantil</i></u>	41
<u>Quadro 4: Síntese dos trabalhos classificados no agrupamento temático <i>Avaliação das políticas de Educação Infantil</i></u>	45
<u>Quadro 5: Síntese dos trabalhos classificados no agrupamento temático <i>Avaliação da qualidade na EI - Abordagem 1</i></u>	52
<u>Quadro 6: Síntese dos trabalhos classificados no agrupamento temático <i>Avaliação da qualidade na EI - Abordagem 2</i></u>	57
<u>Quadro 7: Síntese dos trabalhos classificados no agrupamento temático <i>Recomendações para construção e avaliação da qualidade na EI</i></u>	68
<u>Quadro 8: Número de trabalhos que utilizam as escalas ITERS-R e ECERS-R</u>	79
<u>Quadro 9: Síntese dos agrupamentos temáticos</u>	84

## SUMÁRIO

<b><u>INTRODUÇÃO</u></b>	11
<b><u>CAPÍTULO 1. Cartografia como (des)orientação</u></b>	15
1.1. Mapeamento das produções	20
1.2. Construção dos agrupamentos temáticos	22
<b><u>CAPÍTULO 2. A construção do conceito de qualidade na Educação Infantil</u></b>	25
<b><u>CAPÍTULO 3. Cartografia das produções</u></b>	38
3.1. Fundamentos de avaliação da qualidade na Educação Infantil	38
3.2. Avaliação das políticas de Educação Infantil	41
3.3. Avaliação da qualidade na Educação Infantil	46
3.3.1. Abordagem 1: Avaliação da qualidade por meio da estrutura e do espaço na EI	46
3.3.2. Abordagem 2: Avaliação da qualidade por meio de práticas e atores que compõem a EI	53
3.4. Recomendações para construção e avaliação da qualidade na Educação Infantil	57
<b><u>CAPÍTULO IV. Discussão sobre os principais aspectos da qualidade nos agrupamentos temáticos</u></b>	71
4.1. Participação como qualidade	71
4.2. Construção de significado da qualidade	74
4.3. Escalas de avaliação de ambientes	77
4.4. A qualidade na EI como fator positivo para o ensino fundamental	81
<b><u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u></b>	86
<b><u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u></b>	90
<b><u>APÊNDICES</u></b>	99
<b><u>Apêndice A</u></b>	100

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de mestrado foi financiada pela CAPES, por meio do projeto Políticas Públicas Municipais de Educação infantil: diagnóstico e pesquisa, do programa OBEDUC (Observatório da Educação), a dissertação tem como objetivo identificar as diferentes abordagens teóricas e metodológicas daquilo que foi produzido no Brasil entre 1993 e 2013, no âmbito do campo teórico da ‘avaliação’ da ‘qualidade’ na Educação Infantil (EI). Apresentamos três objetivos específicos para contribuir no desenvolvimento da pesquisa, são eles: Localizar trabalhos que discutem a avaliação da ‘qualidade’ na EI a partir de indicadores de ‘qualidade’; Organizar agrupamentos temáticos a partir das similitudes metodológicas ou epistemológicas dos trabalhos e Identificar as principais concepções de ‘qualidade’ apresentadas nos agrupamentos.

A atividade de pesquisa se desenvolveu em três fases. A primeira envolve a descrição do processo de busca por trabalhos nas bases de dados digitais, realizado por meio dos descritores “Avaliação”, “Qualidade” e “Educação Infantil”. Foram mapeados trabalhos com foco na temática proposta, presentes em bases de dados que fazem circular pesquisas sobre educação. As bases de dados escolhidas foram: Scielo (Scientific Electronic Library Online); Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação); BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações); Fundação Carlos Chagas (FCC) - Biblioteca Ana Maria Poppovic; e Periódicos da CAPES<sup>1</sup>. A segunda fase descreve o processo de organização e construção dos agrupamentos temáticos para análise, orientado por um roteiro de características para leitura que possibilitou agrupar os trabalhos de acordo com suas similitudes teóricas e metodológicas. Finalmente, a terceira fase apresenta a explanação de cada trabalho na perspectiva de seu respectivo agrupamento e discute os principais direcionamentos teóricos que permeiam sua construção.

Na discussão sobre ‘qualidade’ na EI, o direcionamento de leitura considera a necessidade de definir o que se entende por ‘qualidade’, pois há uma variedade de conceitos disseminados entre profissionais da área, políticas, documentos e

---

<sup>1</sup> A busca nos Periódicos da CAPES não foi realizada considerando a classificação de periódicos do sistema Webqualis, mas a partir da presença dos descritores “avaliação”, “qualidade” e “educação infantil” na página inicial dos periódicos.

legislação. Este trabalho discute a ‘qualidade’ como invenção social, considerando-a como atividade política no sentido mais primordial do termo, ou seja, como atividade que organiza e direciona a Educação Infantil.

O direcionamento metodológico reside na cartografia, que oferece a possibilidade de compreender o conceito de ‘qualidade’ enquanto construção social, sem se sujeitar a dimensões temporais lineares como fatos determinantes, e permite pensá-lo como um conceito atravessado por relações de forças que precisam ser consideradas para se alcançar sua dimensão. A orientação de percurso da cartografia não se orienta por modelos prescritivos, mas se faz em uma tentativa de mapear os trajetos, as linhas e os acontecimentos sem se remeter a um ponto de origem que seja fixo. Deste modo, a cartografia é também um trabalho arqueológico.

O método da cartografia considera os movimentos das relações no campo do poder/saber e no campo de forças, trajetórias e encontros. A pesquisa cartográfica se dá pelo acompanhamento de processos e das relações de forças, às quais “o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente” (BARROS; KASTRUP, 2010, p.57), tomando a extensão como efeito de um plano intensivo.

Considerando a existência dessa extensão para compreender a produção da ‘qualidade’ enquanto construção social no interior do conceito “vontade de verdade”, utilizou-se como referencial teórico os pressupostos de Foucault (2012, 1988, 1979) sobre relações de poder e construção de uma “vontade de saber” no que diz respeito à sexualidade. A partir disso, foi possível traçar algumas analíticas sobre ‘qualidade’, que se apresenta como determinada relação de força que constrói um discurso e implica a produção de um sujeito.

Sob essa perspectiva, este trabalho investiga como o conceito de ‘qualidade’ foi se delineando de maneira a compor a educação, principalmente a Educação Infantil, e como este conceito se movimenta nas produções mapeadas. A pesquisa cartográfica compreende o aspecto da *micropolítica*, que envolve processos de subjetivação e a relação com questões políticas, sociais e culturais, proporcionando a configuração de novos “contornos da realidade em seu movimento contínuo de criação coletiva” (ROLNIK, 2007 p.11). Ademais, também envolve as questões da *macropolítica* ao abordar a construção da realidade.

O mapeamento realizado nas bases de dados mencionadas compreende 43 trabalhos entre dissertações, teses, artigos e relatórios de pesquisa. As produções

foram organizadas em quatro agrupamentos temáticos criados com base na análise de seu conteúdo, a saber: (1) *Fundamentos de avaliação da qualidade na EI*; (2) *Avaliação das políticas de EI*; (3) *Avaliação da qualidade na EI*; e (4) *Recomendações para construção e avaliação da qualidade na EI*.

Adotou-se o conceito de ‘sentimento da infância’, estabelecido, segundo Ariès (2011), a partir da discussão instaurada no decorrer do século XVIII e que possibilitou o conhecimento das especificidades das crianças, atraindo pela primeira vez a atenção à sua educação. Com base no autor, considerou-se que esse sentimento moderno não está relacionado com a afeição à criança, mas com o reconhecimento das peculiaridades que a diferem do adulto. De acordo com essa perspectiva, há uma organização de educação direcionada à infância.

Todos os textos analisados discutem a ‘qualidade’ na Educação Infantil por meio de avaliação, metodologias e referenciais teóricos diversificados. Há concepções em cada trabalho envolvendo conceitos do significado de ‘ser criança’ e ‘ter infância’, de organização da Educação Infantil e do que se espera dela, e de políticas públicas que buscam melhorar a qualidade da educação ofertada. Todas essas perspectivas se organizam de forma a evidenciar como a construção do sentimento da infância tem produzido saberes e constituído uma educação para as crianças.

A partir desses pontos introdutórios, o trabalho avança para a descrição da estrutura do esquema de disposição da pesquisa. O Capítulo 1, *Cartografia como (des)orientação*, apresenta os aspectos teóricos desta metodologia e relata como nos organizamos para utilizá-la no processo de pesquisa, que derivou outros três momentos: o primeiro aborda a escolha e as características das bases de dados (nas quais tomou-se como meio de busca os descritores “Avaliação”, “Qualidade” e “Educação Infantil”), bem como o procedimento de leitura dos resumos que levou à definição das publicações que integrariam o estudo, subsequentemente lidas na íntegra. O segundo momento apresenta as considerações a respeito da construção dos agrupamentos temáticos, delineadas de acordo com o roteiro de características<sup>2</sup> elaborado para leitura dos trabalhos e que permitiu organizá-los de acordo com suas similitudes. O terceiro momento da pesquisa é apresentado no Capítulo 3, *Cartografia das produções*, que explica como foram identificadas as características dos trabalhos a partir do roteiro de análise e, paralelamente, como se deram as análises sob a ótica

---

<sup>2</sup> Roteiro apresentado no Apêndice A deste trabalho.

de cada agrupamento, resultando nas descrições e discussão das principais concepções de 'qualidade' na EI.

Já o Capítulo 2, *O movimento do conceito de qualidade na Educação Infantil*, apresenta aspectos sobre como a 'qualidade' foi se delineando enquanto componente de formalização da EI, apresentando de maneira geral os principais marcos conquistados para a política de uma EI de qualidade. Finalmente, as *Considerações Finais* trazem apontamentos acerca do processo de pesquisa e as principais necessidades identificadas a partir do mapeamento realizado.

## **CAPÍTULO 1. Cartografia como (des)orientação**

Esta pesquisa de mestrado foi financiada pela CAPES e integra o projeto Políticas Públicas Municipais de Educação infantil: diagnóstico e pesquisa, do programa OBEDUC (Observatório da Educação), que tem como objetivo propor indicadores de ‘qualidade’ para a realização de um diagnóstico da rede municipal de EI, com base em um projeto piloto desenvolvido no município de São Carlos (SP). A produção de indicadores é uma estratégia para avaliação das políticas públicas de educação para a infância, uma vez que existe uma estrutura de educação organizada por essas políticas públicas, que deve considerar os discursos e conceitos que vêm construindo a Educação Infantil brasileira.

Tal construção é organizada a partir das necessidades que a própria educação para crianças começa a exigir. A adoção da perspectiva de ‘qualidade’ enquanto invenção social se deve à decisão de trabalhar sob a ótica de que ‘qualidade’ é um conceito que se constrói enquanto atividade política, no sentido mais primordial do termo, ou seja, como atividade que organiza e direciona uma instituição. Nesta pesquisa, portanto, entende-se ‘qualidade’ como atividade que organiza e direciona a Educação Infantil.

Há ainda a necessidade de se pensar “para quem” as políticas públicas estão sendo elaboradas. Se essas políticas tiverem a infância como foco, levarão a algum resultado; caso contrário, implicarão consequências para a infância, seja para o bem ou para o mal (QVORTRUP, 2010).

Esta dissertação está inserida dentro do contexto de construção da política de EI atualmente em movimento no Brasil. Diante disso, é preciso considerar e compreender como esta pesquisa de mestrado pode contribuir para a construção da ‘qualidade’ na educação da infância. A discussão que Rosemberg (2013) propõe para distinguir ‘política de avaliação na/da Educação Infantil’ e ‘avaliação da política de Educação Infantil’ é pertinente, pois abrange todo o direcionamento que buscamos apresentar nesse contexto, principalmente acerca da necessidade de atenção para a avaliação da qualidade na Educação Infantil e as pesquisas que discutem esta temática. A autora evidencia a finalidade política das pesquisas nesta abordagem.

As funções de pesquisas avaliativas podem ser múltiplas, inclusive e sobretudo de informar atores sociais mais diretamente implicados no usufruto de creches e pré-escolas (ROSEMBERG, 2013, p.70).

Compreender essa dinâmica significa pensar principalmente na criança, a parte mais interessada e a que mais deveria ser considerada na construção da busca pela 'qualidade'. Para orientar o escopo de análise, considerou-se a conceituação de 'indicadores' definida no documento "Indicadores de Qualidade na Educação Infantil" (BRASIL, 2009), segundo o qual são aspectos que evidenciam a 'qualidade' ou a sua falta em determinado ambiente educacional. Essa perspectiva possibilitou considerar na abordagem frente aos trabalhos mapeados a compreensão de que o uso de indicadores de 'qualidade' tem construído diversas concepções e práticas, a partir daquilo que se considera como 'qualidade' ou não, revelando que as práticas pedagógicas implicitamente contêm uma determinada concepção ou, muitas vezes, concepções distintas de criança e infância.

Assim, este trabalho busca mapear as pesquisas dentro do recorte temporal de 1993<sup>3</sup> a 2013 por considerar este período um marco para as principais mudanças legais na EI, bem como para toda a discussão que envolve a construção de uma educação de qualidade. A busca por trabalhos que discutem a temática de avaliação da 'qualidade' na EI foi realizada em cinco bases de dados digitais e, em seguida, desenvolveu-se a identificação das perspectivas teóricas sob as quais se tem compreendido e configurado a 'qualidade' na EI.

Considerando que o conceito de 'qualidade' é uma invenção social (pois se constrói nas relações de poder/saber, seja na produção de discurso ou na atividade diretiva de organização da Educação Infantil), adotamos a cartografia como metodologia. Tal direcionamento teórico foi delineado ao longo da pesquisa, partindo da possibilidade de se traçar a construção conceitual que implica em relações de forças, encontradas ao longo do processo. Quando se escolhe trabalhar com cartografia, não há pretensão de se pesquisar a partir de problemas dados, mas fazer o exercício de trabalhar com o desenho do campo problemático. "O problema definido inicialmente parece distante ou pouco relevante e novos acontecimentos ganham a cena principal da investigação" (PASSOS; KASTRUP; 2013, p.395).

---

<sup>3</sup> Embora nosso recorte temporal contemple a década de 1990, o primeiro trabalho localizado na temática pesquisa foi publicado em 1993.

O objetivo deste estudo, direcionado para a construção do desenho do campo problemático, foi o de identificar as diferentes abordagens teóricas e metodológicas daquilo que foi produzido no Brasil entre 1993 e 2013, no âmbito do campo teórico da ‘avaliação’ da ‘qualidade’ na Educação Infantil (EI). A partir disso, foram mapeados trabalhos com foco na temática proposta, presentes em bases de dados que fazem circular pesquisas sobre educação. Como objetivos específicos, apresentamos:

- Localizar trabalhos que discutem a avaliação da ‘qualidade’ na EI a partir de indicadores de ‘qualidade’;
- Organizar agrupamentos temáticos a partir das similitudes metodológicas ou epistemológicas dos trabalhos;
- Identificar as principais concepções de ‘qualidade’ apresentadas nos agrupamentos.

Encontramos na cartografia a possibilidade de compor a pesquisa sem que houvesse a necessidade de definir datas e locais determinantes. A cartografia é um método que não se orienta por modelos prescritivos, mas se faz em uma tentativa de reversão do sentido tradicional, “[...] não mais um caminhar para alcançar metas pré-fixadas (*metá-hódos*), mas o primado do caminhar que traça, no percurso, suas metas” (PASSOS; BARROS, 2010, p.17).

A partir de Foucault (1988, 2012), debruçamo-nos a pensar também sobre a organização do mapeamento das publicações selecionadas, sobre como a produção de discursos se dá em condições de atravessamento e relações de forças e, ainda, sobre como a produção do sujeito frente às verdades construídas na sociedade tem implicado políticas públicas e práticas de EI. A pesquisa cartográfica se propõe a investigar um determinado objeto de pesquisa sob a ótica de uma dimensão processual da realidade (BARROS; BARROS, 2013, p.375).

O que move a análise em cartografia, portanto, são problemas. É a um problema que ela se volta e são também problemas o seu resultado. É preciso lembrar as indicações de Bergson (1974), de que toda “solução” é coextensiva a um modo de colocar o problema; o problema não é dado, ele depende da criação dos termos nos quais ele vai se apresentar. Analisar é, assim, um procedimento de multiplicação de sentidos e inaugurador de novos problemas.

Nesse sentido, o problema apresentado neste estudo refere-se a como o conceito de ‘qualidade’ tem se constituído na EI, partindo da hipótese de que a

'qualidade' e seu debate são construídos a partir da própria ideia de EI. Em outras palavras, discutir 'qualidade' na EI é construir para ela uma proposta e forjar uma realidade a partir dos conceitos de 'infância' e 'criança'. Enquanto na análise se faz necessário considerar um determinado acontecimento e constituir um objeto, na cartografia não há como se pensar fora do processo (BARROS; BARROS, 2013), pois é interessante compreender que o próprio percurso considera, segundo Passos e Barros (2010, p. 17), "os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados".

A cartografia se faz na processualidade, diferenciando-se do método da ciência moderna que visa a objetivos fechados e não considera os atravessamentos no processo da pesquisa. O método cartográfico não visa a isolar o objeto de suas articulações históricas e nem de suas conexões com o mundo, mas se faz nesse jogo de forças. Quando se aborda o conceito 'conexões', não há como não se remeter ao conceito de '*rizoma*<sup>4</sup> apresentado por Deleuze e Guattari. Rizoma é diferente de árvore, de raiz, existindo no encontro, no meio, no atravessamento. As árvores têm um ponto fixo, enquanto o rizoma não, tudo é encontro, agenciamento, sem começo, meio e fim.

O rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga. [...] Um rizoma é feito de platôs. Gregory Bateson serve-se da palavra "platô" para designar algo muito especial: uma região contínua de intensidades, vibrando sobre ela mesma, e que se desenvolve evitando toda orientação sobre um ponto culminante ou em direção a uma finalidade exterior (DELEUZE; GUATTARI, 2000, p. 32).

A cartografia está ligada aos movimentos das relações no campo do poder/saber e do campo de forças, trajetórias e encontros. Ao relacionar o encontro e as conexões, a pesquisa cartográfica se dá pelo acompanhamento de processos e das relações de forças, às quais "o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente" (BARROS; KASTRUP, 2010, p.57), tomando a extensão como efeito de um plano intensivo. Desta forma:

---

<sup>4</sup> Conceito discutido na obra Mil Platôs, vol. 1, de Deleuze e Guattari, 2000.

Interessa na análise da relação entre quantidades de força que produzem os acontecimentos, menos o “por quê?” e mais o “como”. Esta parece ser uma pista para a avaliação, do diferencial entre as forças (da qualidade). Não se trata de medir para entender, explicar ou reconhecer um mundo dado. Trata-se de acessar o plano das forças para avaliar os efeitos das relações, e como fazem vibrar um mundo. Uma boa pista, portanto, para a prática da cartografia não seria a dicotomia “quali-quantí”, mas a inseparabilidade forma-força” (CÉSAR; SILVA; BICALHO, 2013, p.369).

Pensar nessas relações não dicotômicas implica compreender como o conceito se faz nas relações “força-forma”, e como a ‘qualidade’, enquanto construção social, permeia as políticas no aspecto macro (programas e legislação construídos para a EI), bem como as práticas no aspecto micro (professoras de EI). Esse movimento, essa não imobilidade se estabelece na forma como Rolnik (2007, p. 23) apresenta a cartografia:

Para os geógrafos, a cartografia – diferentemente do mapa: representação de um todo estático – é um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos da transformação da paisagem. [...] A cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido - e a formação dos outros: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornaram-se obsoletos.

Sob essa perspectiva, este estudo se propõe a pensar a maneira como o conceito de ‘qualidade’ foi se delineando nas produções mapeadas de forma a compor o campo da Educação Infantil, considerando o sentido de “força-forma” que atravessa sua constituição de construção social, pela produção de saberes em diferentes áreas de conhecimento, como Psicologia, Medicina, Economia e Pedagogia.

Esta pesquisa se apresenta como um mapeamento da avaliação<sup>5</sup> da ‘qualidade’ na Educação Infantil, de maneira a localizar, em diferentes e importantes bases de dados da Educação, as produções que têm abordado a temática. A construção deste trabalho não se deu de forma linear, mas se fez durante o processo. A partir das primeiras leituras, sob a ótica dos pressupostos teóricos de Michel

---

<sup>5</sup> Utilizamos a palavra ‘avaliação’ na perspectiva de que ela constrói e institui uma realidade a partir de uma concepção de ‘qualidade’ que apresenta e impõe uma visão do que deve ser a Educação Infantil. A premissa de que no interior de uma avaliação existe uma concepção de ‘qualidade’ justifica a utilização do termo ‘avaliação’ como descritor de busca nas bases de dados, concepção esta que pretendemos diagramar naquilo que as(os) pesquisadoras(es) apresentam.

Foucault, a pesquisa caminhou para outro modo singular de experimentação. Esses aspectos nos fizeram perceber que a ‘qualidade’ na Educação Infantil não é uma construção conceitual linear, já que pensar o contrário seria submeter o conceito a uma concepção inerte, o que desconsideraria a hipótese de ‘qualidade’ como invenção social, que se constitui, organiza e direciona a EI.

A cartografia permite realizar o mapeamento das produções e definir certa temporalidade, não como forma de limitar as possibilidades da temática a ser pesquisada, mas como forma de conhecer o processo pelo qual as fronteiras foram gradualmente construídas e revelar os lugares que pouco a pouco foram demarcados dentro das escolhas do objeto de pesquisa. Assim, o trabalho ora apresentado é subsidiado teoricamente por Michel Foucault e utiliza a cartografia como direcionamento metodológico, por favorecer, segundo Passos e Kastrup (2013), uma ampliação do campo/temática analisados por meio de práticas de atravessamento, conexões e desmanchamento de “territórios cristalizados” e verdades naturalizadas.

Seguindo a orientação metodológica proposta pela cartografia, o trabalho foi organizado em três momentos que correspondem aos procedimentos de busca, organização e análise dos textos mapeados. A seguir, cada um desses momentos é apresentado.

### **1.1. Mapeamento das produções**

Neste primeiro momento, foram delimitadas, a partir do objetivo geral, as bases de dados a serem pesquisadas. Optamos pelos principais meios de divulgação de pesquisas em Educação que oferecem acesso virtual aos trabalhos, por possibilitarem melhor manuseio dos textos. Assim, o mapeamento das produções foi realizado em cinco bases de dados: (1) Scientific Electronic Library Online (SciELO<sup>6</sup>); (2) anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped<sup>7</sup>); (3) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD<sup>8</sup>); (4) Fundação Carlos Chagas (FCC<sup>9</sup>) - Biblioteca Ana Maria Poppovic; (5) Periódicos da CAPES<sup>10</sup>.

---

<sup>6</sup> Link de acesso: <http://www.scielo.org/php/index.php>

<sup>7</sup> Link de acesso: <http://www.anped.org.br/reunioes-cientificas/nacionais>

<sup>8</sup> Link de acesso: <http://bdttd.ibict.br/>

<sup>9</sup> Link de acesso: <http://www.fcc.org.br/biblioteca/>

<sup>10</sup> Link de acesso: <http://www.periodicos.capes.gov.br/>

A Scielo é uma biblioteca eletrônica que abarca uma coleção de periódicos científicos brasileiros e corresponde à colaboração e organização da FAPESP (Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), da BIREME (Centro Latino-Americano e do Caribe de Informações em Ciências da Saúde) e do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). A busca nessa base de dados foi realizada na área de conhecimento em Ciências Humanas, em âmbito nacional. Já os anais da Anped correspondem aos trabalhos apresentados nas Reuniões Científicas anuais de programas de pós-graduação *stricto sensu* e demais pesquisadores da área de Educação. A BDTD refere-se a um projeto coordenado pelo IBCT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia) e integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras. Por sua vez, a BAMP (Biblioteca Ana Maria Poppovic), da FCC (Fundação Carlos Chagas), concentra trabalhos em Educação, Criança Pequena e Gênero, visando a promover o desenvolvimento acadêmico em níveis de graduação e pós-graduação. Finalmente, os periódicos da CAPES não foram consultados a partir dos conceitos de 'avaliação' e 'classificação' do sistema qualis por área. Naquela base de dados, a busca foi realizada de modo geral, a partir dos descritores utilizados nesta pesquisa, a saber, "Avaliação", "Qualidade" e "Educação Infantil".

Embora as bases de dados configurem de maneiras diferentes os descritores utilizados na busca, estes foram preservados para que se pudesse manter uma estrutura similar quanto ao conteúdo dos trabalhos. Para selecionar as publicações a serem analisadas na íntegra, primeiramente realizou-se a leitura dos resumos.

É importante destacar que a utilização do descritor de busca "Avaliação" não teve como objetivo mapear trabalhos que discutam concepções de avaliação da criança na EI, mas sim a forma como a 'qualidade' na EI vem sendo avaliada. Apenas para ressaltar, utilizamos a palavra 'avaliação' para tentar diagramar a compreensão das(os) pesquisadoras(es) acerca da 'qualidade' na EI.

Não optamos por selecionar as produções pelo título ou pelas palavras-chave porque certas informações são apresentadas apenas no resumo. Em alguns casos, somente durante a leitura da introdução foi possível reconhecer o campo temático desta pesquisa - ressaltando que os trabalhos foram lidos integralmente.

Conforme demonstra o *Quadro 1* abaixo, o mapeamento compreende 43 trabalhos entre dissertações, teses, artigos e relatórios de pesquisa, distribuídos pelas bases de dados na seguinte proporção: 20 artigos na Scielo; oito artigos na FCC,

sendo dois relatórios de pesquisa da FCC; sete trabalhos na BDTD, sendo cinco dissertações e duas teses; cinco artigos na Anped e três trabalhos nos periódicos da CAPES, sendo uma dissertação.

Quadro 1: Número de trabalhos por base de dados

Base de dados	Quantidade
SciELO	20
FCC-BAMP	8
BDTD	7
Anped	5
Periódicos da CAPES	3

Fonte: Dados elaborados pela pesquisadora, 2014.

O *Quadro 1* acima apresenta o número de trabalhos selecionados em cada base de dados, antes de serem organizados em agrupamentos. É importante frisar que publicações que discutem a avaliação da aprendizagem ou do desenvolvimento infantil não compõem o quadro de trabalhos selecionados e analisados.

O item 1.2 abaixo revela a organização e construção agrupamentos temáticos.

## 1.2. Construção dos agrupamentos temáticos

Após seleção e leitura inicial dos resumos, todos os 43 trabalhos foram lidos integralmente e tiveram seu conteúdo analisado de forma a responder ao objetivo desta pesquisa. Para direcionar a leitura, foi elaborado um roteiro de análise que lista informações importantes para a organização e análise de conteúdo dos trabalhos, a saber:

- Título;
- Autor/autora;
- Pesquisa empírica ou teórica;
- Quais são os indicadores de 'qualidade' estudados;
- Os dados são primários ou secundários;
- Qual o referencial teórico;
- Qual a metodologia de pesquisa<sup>11</sup>.

<sup>11</sup> Consideramos como *abordagem quantitativa* aquela que se baseia em dados numéricos, visando a quantificar evidências empíricas e delinear os dados. Consideramos como *abordagem qualitativa*

No decorrer da leitura, surgiu a necessidade de organizar os trabalhos em agrupamentos temáticos, uma vez que apresentavam similitudes teóricas e metodológicas na discussão da temática. Assim, foram constituídos quatro agrupamentos: (1) *Fundamentos de avaliação da qualidade na EI*; (2) *Avaliação das políticas de EI*; (3) *Avaliação da qualidade na EI*; e (4) *Recomendações para construção e avaliação da qualidade na EI*.

O primeiro agrupamento, *Fundamentos de avaliação da qualidade na EI*, abrange o conjunto de trabalhos que apresentam seus fundamentos com base em pesquisas científicas e legislação de EI, bem como discussões para avaliação da ‘qualidade’ a partir de subsídios legislativos e conhecimentos específicos de EI.

O segundo agrupamento, *Avaliação das políticas de EI*, compreende os trabalhos que discutem a implementação de políticas públicas e programas de incentivo para favorecer a ‘qualidade’ na EI, com o objetivo de facilitar e melhorar o aproveitamento escolar das crianças no ensino fundamental.

O terceiro agrupamento, *Avaliação da qualidade na EI*, refere-se ao grupo de trabalhos que desenvolvem a avaliação da ‘qualidade’ na EI sob duas perspectivas: a partir da estrutura e do ambiente educacional; e a partir das práticas desenvolvidas e dos atores que compõem a EI. Ambas as abordagens avaliam a ‘qualidade’ mediante diferentes metodologias.

O quarto e último agrupamento, *Recomendações para construção e avaliação da qualidade na EI*, abrange pesquisas que apresentam recomendações sobre as melhores metodologias de avaliação da ‘qualidade’ e os indicadores que devem ser considerados na construção da ‘qualidade’ na EI. O *Quadro 2* abaixo traz o número de trabalhos distribuídos em cada agrupamento.

Quadro 2: Número de trabalhos por agrupamento temático

<b>Agrupamento temático</b>	<b>Quantidade</b>
(1) Fundamentos de avaliação da qualidade na EI	5
(2) Avaliação das políticas de EI	6
(3) Avaliação da qualidade na EI	14

---

aquela que não se baseia em dados numéricos, mas em evidências empíricas como valores, crenças e representações, com foco principalmente na perspectiva de ouvir os atores envolvidos na realidade pesquisada (OLIVEIRA, 2012).

Agrupamento temático	Quantidade
(4) Recomendações para construção e avaliação da qualidade na EI	18

Fonte: Dados elaborados pela pesquisadora, 2014.

O terceiro momento desta pesquisa envolve a identificação das características dos trabalhos a partir do roteiro de análise<sup>12</sup> e, paralelamente, a realização das análises sob a ótica de cada agrupamento, resultando nas descrições e discussão das principais concepções de ‘qualidade’ na EI, apresentadas com mais profundidade no Capítulo 3.

O Capítulo 2, por sua vez, revela a construção do conceito de ‘qualidade’ que adotamos para nortear as análises dos trabalhos mapeados, a construção conceitual de ‘qualidade’ na EI brasileira e a forma como este conceito tem produzido discursos que constroem a ‘qualidade’, perspectiva que também se constituiu pela cartografia e está ligada às relações e movimentos estabelecidos no campo do poder/saber e no campo de forças, trajetórias e encontros.

---

<sup>12</sup> O roteiro de análise dos trabalhos compreende as seguintes informações: título; autor/autora; pesquisa empírica ou teórica; indicadores de qualidade utilizados; dados primários ou secundários; referencial teórico; metodologia de pesquisa.

## **CAPÍTULO 2. A construção do conceito de qualidade na Educação Infantil**

Este capítulo pode ser introduzido a partir das indagações de Peter Moss (2002) a respeito da busca pela definição de ‘qualidade’, presentes durante todo o percurso deste trabalho e que representam sua justificativa. Como definir ‘qualidade’ ou propor uma concepção de ‘qualidade’ considerando uma grande produção sobre o tema que tem progressivamente constituído a EI e construído as concepções de ‘criança’ e ‘infância’?

Todos os dias, a palavra “qualidade” aparece em centenas de lugares, ligada a infinitas atividades, bens e serviços. O termo “qualidade” é tão amplamente usado que o assumimos como certo. Em geral, quando as pessoas falam sobre um problema de qualidade, elas querem dizer que existe um problema no sentido técnico – como definir e medir qualidade. Quero sugerir que existe um problema com o *conceito* de qualidade em si. Quero argumentar que o conceito de qualidade não é neutro nem isento de valores. É resultado de um modo específico de se ver o mundo e está permeado de valores e pressupostos. Trabalhar com o conceito de qualidade é uma opção, não uma necessidade (MOSS, 2002, p. 17).

A premissa acima é apresentada para explicitar que a escolha pelo tema da ‘qualidade’ ocorreu por se tratar de um conceito que se constrói enquanto atividade política, no sentido mais primordial do termo, ou seja, enquanto atividade que organiza e direciona uma instituição, neste caso específico, a Educação Infantil.

As diferentes concepções de ‘qualidade’ que permeiam os trabalhos analisados são constituídas de valores, escolhas que formam um quadro de forças opostas e disputam a produção sobre o que é “ser criança”, “ter infância” e o que significa educar crianças.

‘Qualidade’ é algo reivindicado por todos e exigido em todas as esferas sociais, seja em saúde, educação, moradia, alimentação, transporte, enfim, há uma incessante busca por ‘qualidade’ em todos os âmbitos da sociedade. O conceito de ‘qualidade’, porém, é singular e está permeado de valores a partir da constituição da subjetividade de cada sujeito.

A decisão de trabalhar com o conceito de ‘qualidade’ se constrói também por uma questão pertinente à discussão sobre a avaliação da qualidade da Educação Infantil. Existe uma multiplicidade de conceitos de ‘qualidade’ entre os profissionais da

área, mas esta 'qualidade' pode se configurar de maneira diferente para cada profissional. Assim, embora não seja a intenção deste trabalho apresentar a história da EI de maneira linear, entendemos que alguns marcos importantes devam ser analisados por terem sido circunstanciais para a produção deste conceito na EI.

Para se pensar a 'qualidade' na EI, é necessário evocar como a EI foi formalizada na educação básica. A educação de crianças pequenas no Brasil não se constituiu inicialmente como um direito da criança, mas como uma conquista dos movimentos sociais, principalmente do movimento das mulheres e sua luta pela inserção no mercado de trabalho. Atendendo às reivindicações dos movimentos para garantir o direito de trabalho das mulheres, a creche se estabeleceu inicialmente como um local onde as mães poderiam deixar seus filhos durante o expediente.

Acerca da EI, Kishimoto (1990, p.55) evidencia que as primeiras instituições destinadas à infância no Brasil tinham o caráter de "amparar crianças enjeitadas". Desde o período imperial, as modalidades de asilos para crianças tinham a função de proteger a infância, mesmo que não se instaurasse uma discussão sobre que parâmetros de qualidade de atendimento esses locais deveriam oferecer.

Segundo Ariès (2011), foi o 'sentimento da infância' desenvolvido a partir do século XVIII que possibilitou o conhecimento das especificidades das crianças, atraindo pela primeira vez a atenção à sua educação. Até o século XIII, o sentimento atribuído à infância e às características da criança não contemplavam suas especificidades. A partir da iconografia, Ariès apresenta materiais que figuram um "adulto em miniatura" em locais que de alguma forma representavam a noção de criança (visto que não era um adulto), mas que se compunham por imagens de crianças-adultos ou adultos-crianças. Essa premissa demonstra que pensar as características da criança não era algo interessante para a sociedade naquele contexto histórico, posto que a infância era compreendida apenas como um período de transição, uma lembrança que rapidamente se perderia no tempo.

A partir do surgimento da sociedade capitalista, a sociedade desperta interesse pelas crianças. Talvez pela própria necessidade de cuidar e manter a vida, ou pela necessidade econômica exigida pelo capitalismo, as características que distinguem as crianças dos adultos passaram a ser percebidas e acentuadas, e os pequenos passaram a receber um atendimento diferenciado do adulto no que diz respeito a vestimenta, alimentação e outras atividades.

‘Sentimento da infância’ não significa sentir afeição pela criança, mas reconhecer as peculiaridades que a diferem do adulto. A trajetória do ‘sentimento da infância’ partiu da consideração da criança como frágil demais para sobreviver, passou pela “paparicação” e distração para os adultos, pela preocupação quanto à sua disciplina, racionalidade e educação, chegando contemporaneamente à sua importância como capital humano. Podemos pensar nessa trajetória como uma construção processual que foi delimitando e constituindo as formas de cuidado e educação da criança pela via da infância. As instituições foram se organizando de acordo com as demandas e com a objetividade de cada contexto, considerando sempre que educação deveria ser ofertada.

Tais modificações permitem a consolidação da prática de abrigar crianças pobres em instituições denominadas orfanatos, asilos infantis, salas de asilos e introduzem o hábito de colocar crianças ricas aos cuidados de outras famílias, babás ou instituições especializadas em educação infantil (KISHIMOTO, 1990, p.56).

Ao longo do século XVII, a criança assumiu papel central na família, foi valorizada e passou a ser educada com a intenção de se alcançar um homem honesto e de bom caráter. A formalização do cuidado para a infância apresenta um conjunto de saberes voltados para a educação da criança. Donzelot (1980) destaca que a partir do século XIX, trabalhadores sociais (assistentes sociais, educadores, orientadores, etc.) formaram um grupo que compreendia a patologia da infância em sua dupla forma: a infância em perigo, aquela que não recebe todos os cuidados necessários; e a infância perigosa, a da delinquência. Para identificar os fatores que poderiam levar a criança a se tornar um risco (uma delinquente), era realizado um estudo de sua família e contexto. Quando a educação passa a ser formalizada, ela se torna uma forma de controle social.

Ainda dentro dessa lógica, o trabalho de Donzelot (1980) descreve como a formalização e necessidade de governar as famílias durante os séculos XVIII e XIX trouxeram uma nova caracterização do cuidado para crianças. A família é objeto do governo na medida em que se controla as pessoas por meio dessa instituição e, a fim de que esse controle fosse disseminado na sociedade, o cuidado à família era feito principalmente pela atenção destinada às crianças.

Até meados da década de 1970, quando passou a compor a legislação brasileira, a EI existia sob a referência de uma educação assistencialista. O principal

programa nesse âmbito foi o Projeto Casulo, organizado pela LBA (Legião Brasileira de Assistência), que estabeleceu convênios com municípios e instituições no período entre 1977 e 1995 (KUHLMANN JR, 2000). A educação para crianças pequenas era compreendida como um meio de suprir suas carências culturais e físicas, além de configurar uma política preparatória para o ensino fundamental.

Segundo Kuhlmann Jr. (2000), as primeiras creches tinham caráter fortemente assistencialista e visavam a contribuir para a civilização e progresso do país através de mínimo investimento em educação de crianças pequenas, já que a educação era considerada a grande chave do progresso. A proposta de formar um homem civilizado tinha a finalidade de controlar a população carente para que a sociedade brasileira alcançasse progresso social e econômico. Sabe-se, portanto, que a Educação Infantil brasileira foi construída dentro da vertente assistencialista, como projeto político-educativo.

O principal critério de separação e organização das instituições destinadas às crianças no Brasil era de origem econômica. No início do século XX, os jardins de infância eram dedicados à elite brasileira, enquanto outros estabelecimentos, como creches e escolas maternas, eram reservados aos pobres. A importação de modelos de “Educação Infantil” europeus evidencia o tipo de público que merecia recebê-los.

[...] o cotidiano da educação infantil gera dois sistemas paralelos, tendo como critério a classe social de seus alunos: escolas maternas para filhos de operários, com características assistenciais, ficando implícita a ausência de fundamentação froebeliana, e jardins de infância, como instituições tipicamente froebelianas para classes mais abastadas (KISHIMOTO, 1990, p. 61).

Embora os documentos desse período não discutam ‘qualidade’ no atendimento, fica evidente que a ‘qualidade’ estava diretamente relacionada à situação econômica das famílias das crianças atendidas nas diferentes instituições. A concepção de ‘infância’ relacionada às crianças do operariado culminava na criação e manutenção de instituições de caráter assistencialista, o que permite concluir que a ‘qualidade’ passava pela proposta de que essas crianças precisariam apenas de uma “orientação moral, religiosa e assistência higiênica, médica e alimentar” (KISHIMOTO, 1990, p. 61).

A partir de 1930, os ideais do “escolanovismo” no Brasil oportunizaram um programa educacional que atendia certas especificidades da criança, como as praças

de jogos<sup>13</sup>, que propiciavam a brincadeira. Ainda assim, a prática de higienização continuava muito presente nas instituições destinadas à infância.

No final da década de 1970, em meio à discussão sobre a quebra do caráter assistencialista da Educação Infantil e o retorno da democracia ao País, o movimento feminista e os movimentos sociais urbanos passaram a reivindicar ‘qualidade’ nos serviços de atendimento às crianças, trazendo-as para o primeiro plano. Esse debate passou a fazer parte de fóruns, movimentos sociais e reivindicações acadêmicas (CAMPOS, 2013). Concomitantemente, algumas ações estavam se desenvolvendo no cenário internacional no sentido de direcionar políticas para a educação. O Banco Mundial tem uma política de empréstimos a países subdesenvolvidos que exige como contrapartida a incorporação de algumas medidas nas políticas de educação dos países contemplados.

Nesse sentido, o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) passou a lançar bases conceituais que constituíram o modelo de educação de baixo custo, hoje presente na educação brasileira. A EI deveria ter seu acesso ampliado e, para isso, precisaria expandir a baixo custo. Em 1965, o UNICEF já organizava, por meio da Conferência Latino-Americana sobre a Infância e a Juventude no Desenvolvimento Nacional, alguns critérios de exigências da EI subsidiada por um modelo de baixo custo. A Educação Infantil era vista como um meio de combate à pobreza e esta visão está presente nos programas de educação para crianças.

Campos (2013)<sup>14</sup> faz uma análise das políticas organizadas por esses organismos internacionais na América Latina e no Caribe a partir de 1990, quando diferentes países da região implementavam reformas do Estado e da educação. Segundo a autora, nos documentos desenvolvidos pelas instituições existe o pressuposto de que a EI é uma estratégia de combate à pobreza e que atua na promoção da equidade.

A luta dos movimentos sociais e feministas nacionais possibilitou a expansão do acesso das crianças de 0 a 6 anos à educação. A Constituição de 1988 apresentou como primeira etapa da educação básica e especificou como dever do Estado oferecer creches e pré-escolas. Essa conquista foi novamente assegurada em 1990,

---

<sup>13</sup> As “praças de jogos” foram posteriormente denominadas “parques infantis”, e pretendiam ser “espaços para educar, recrear e assistir a infância paulista”. (KISHIMOTO, 1990, p.63)

<sup>14</sup> Rosânia Campos (2013) analisa os principais documentos produzidos pela UNESCO e pelo UNICEF. Para mais detalhes sobre os documentos, ver referência.

com o Estatuto da Criança e do Adolescente, e por fim, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996 (nº 9394/96), que estabeleceu novas diretrizes para a Educação Infantil. Entre elas, destacam-se a inclusão da Educação Infantil na educação básica, correspondendo ao início da formação necessária para o exercício pleno da cidadania; a exigência do ensino superior para se atuar como profissional da EI; a designação dos municípios como responsáveis pelo atendimento na EI; e a determinação de que a avaliação da Educação Infantil não deve ter o objetivo de aprovação ou de passagem de um nível para outro, tampouco de preparação para ingresso no ensino fundamental.

O período que compreende a ditadura militar no Brasil antecedeu as conquistas legais da EI e foi marcado por uma concepção de educação compensatória para as crianças, em que a visão de que a educação poderia mudar a sociedade compreendia a atuação da EI como compensação de carências sociais e culturais das crianças pobres. Ainda que alguns programas tenham sido desenvolvidos, eles oscilavam sob a luz dos movimentos políticos da época. A expansão do atendimento não se concretizou e tampouco houve melhoria na qualidade dos serviços oferecidos. O modelo de educação compensatória influenciou não apenas as políticas, mas também a afirmação e organização das instituições e práticas educativas que tinham como destinatários as crianças pequenas e o atendimento via políticas assistenciais de baixo custo. O contexto de mudanças no País e as influências internacionais propunham a ampliação da oferta de EI e apresentavam uma iniciativa de 'qualidade' sob o princípio do baixo custo.

Diante desse quadro, a preocupação com a qualidade da Educação Infantil no Brasil ganhou força a partir da década de 1990, quando estudos e pesquisas realizados pelos Órgãos de Bem-Estar Social revelaram as reais condições de funcionamento daqueles estabelecimentos. Com isso, novas exigências passaram a vigorar visando à obtenção do mínimo de 'qualidade' para a educação das crianças pequenas, organização da infraestrutura, dos profissionais, de alimentação, entre outras. Não se buscava apenas o acesso das crianças à educação, mas o acesso a uma educação de qualidade (KRAMER, 2006; ROSEMBERG, 2001).

As novas exigências colocaram a EI na pauta de discussão na elaboração de documentos do MEC. A partir do final da década de 1990 e durante a década de 2000, vários documentos foram organizados pelo poder executivo a fim de responder à demanda e exigências da EI. Como exemplos de documentos elaborados pelo MEC

na perspectiva da 'qualidade', estão as "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil" (BRASIL, 2010<sup>15</sup>), os "Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil" (BRASIL, 2006), os "Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil" (BRASIL, 2006) e os "Indicadores de Qualidade na Educação Infantil" (BRASIL, 2009).

As "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil" (BRASIL, 2010) definem orientações para organização de propostas pedagógicas para a EI a partir de um processo de construção coletiva. Os "Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil" (BRASIL, 2006) apresentam direcionamentos que contemplam aspectos relacionados ao ambiente da instituição, visando a propor critérios específicos de organização para construção da 'qualidade' na EI.

Os "Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil" (BRASIL, 2006) foram publicados em dois volumes e constituem uma determinação legal que oferece um instrumento para melhorar a 'qualidade' nas instituições de EI. Tal instrumento foi elaborado de acordo com os princípios da gestão democrática, através de um processo de discussão que abrangeu diversas regiões do país, para que os parâmetros de 'qualidade' elaborados atendessem os diferentes contextos regionais e garantissem o direito das crianças de 0 a 6 anos a uma Educação Infantil de qualidade. O primeiro volume do documento apresenta fundamentos da Educação Infantil, como a concepção de 'criança', a trajetória do debate sobre 'qualidade' e os aspectos da legislação que podem contribuir para o seu alcance. O segundo volume expõe as competências dos sistemas de ensino, a caracterização das instituições de Educação Infantil a partir da legislação e, finalmente, revela os parâmetros de 'qualidade' que devem funcionar como referência nacional para a Educação Infantil. Entende-se nesse documento que 'qualidade' é um conceito socialmente construído a partir de negociações e depende do contexto.

Os "Indicadores de Qualidade na Educação Infantil" (BRASIL, 2009) apresentam uma proposta de autoavaliação para as instituições de EI, cujos resultados não deverão ser utilizados para estabelecer comparações entre elas. No processo de autoavaliação, é preciso considerar os valores de cada sujeito, as

---

<sup>15</sup> Resolução do CEB nº 1, de 7 de abril de 1999 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. No ano de 2010 o MEC realizou a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Embora as DCNEI não discutam parâmetros de qualidade, apresentam direcionamentos para um trabalho significativo para a Educação Infantil.

referências de pesquisas científicas sobre o desenvolvimento das crianças e o contexto cultural, social e econômico em que a instituição está inserida. A proposta do documento orienta para que a definição e a avaliação de 'qualidade' sejam construídas em uma perspectiva participativa e aberta, com foco na melhoria e aperfeiçoamento do trabalho que a instituição precisa desenvolver e ofertar.

Outra concepção, que se fez primeiramente em políticas do ensino fundamental e influenciou a organização da EI, reside no projeto "Qualidade Total"<sup>16</sup>. A essência desse projeto foi primeiramente pensada em países desenvolvidos, como Estados Unidos e Japão, como forma de promover a excelência da educação. Aqui, o conceito de 'qualidade' chegou à educação por meio de uma percepção empresarial ou da lógica de funcionamento de uma empresa, ou seja, trata-se de uma perspectiva que preza pela excelência e por resultados. Para que a 'qualidade' seja alcançada, é estabelecida uma estrutura de ferramentas que excluem a criança/aluno de qualquer decisão.

O projeto "Qualidade Total" pode ser compreendido como "Filosofia da Qualidade" (RAMOS, 1994, p.11), pois trabalha sob a ótica de dois eixos, a sensibilidade humana e a preparação técnica. Ao compreender a educação como meio de promoção da 'qualidade', o projeto se inspira no lema contido na frase de Kaoru Ishikawa<sup>17</sup> apud Ramos (1994, p.11) para alcançar objetivos e desenvolver a promoção da 'qualidade': "a qualidade começa com EDUCAÇÃO e termina com EDUCAÇÃO" (destaque da autora). Assim, a lógica empresarial de busca por 'qualidade' foi aplicada à educação a partir desse projeto.

O Professor Masumara Imaizumi afirma que os elementos básicos a serem administrados, em uma empresa, são: Qualidade, quantidade, entrega, segurança, custo e moral, elementos esses de responsabilidade dos gerentes de todos os níveis da organização. Essas dimensões da qualidade afetam a satisfação das pessoas: tanto dos clientes como dos profissionais da Instituição. A aplicação de tal ideia, na área educacional, exige que essas **dimensões da Qualidade** sejam constantemente **medidas/avaliadas** (RAMOS, 1994, p.33, destaque da autora).

---

<sup>16</sup> No Brasil, esse projeto começou a ganhar visibilidade no início da década de 1990, como forma de resposta à exigência da sociedade em geral de que a escola pública brasileira oferecesse excelência na educação (RAMOS, 1994).

<sup>17</sup> ISHIKAWA, K. *Controle de qualidade total à maneira japonesa*. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997

Implícita na organização da “Qualidade Total” está a perspectiva da ‘qualidade’ como satisfação do cliente preferencial (aluno) e dos clientes externos (pais, empresas, sociedades). A satisfação deve ser adquirida a partir da qualidade dos serviços prestados e dos produtos que a escola oferece. “Qualidade Total” é uma estratégia para tentar conter os índices de fracasso escolar da educação brasileira, bem como uma tentativa de produzir um discurso que busca um padrão absoluto e lida com a educação e com os/as alunos/crianças como produtos, atribuindo generalizações e critérios.

A perspectiva de associar a lógica organizacional e de funcionamento empresarial à busca pela ‘qualidade’ na EI converge com a luta por ‘qualidade’ relacionada à garantia de um padrão de ‘qualidade’ na educação pública, previsto na Constituição Federal de 1988<sup>18</sup>. Essas mudanças na organização implicariam novas práticas no cotidiano da educação e são fruto de política de sociedade. Conforme Oliveira (1997, p.120),

A escola é entendida como o *locus* da interface do projeto político da sociedade com os projetos que incluem necessariamente a formação de cidadãos autônomos, participativos e conscientes de seus direitos e deveres.

Houve uma crise educacional na década de 1990, justificada pela falta de ‘qualidade’ na forma de “improdutividade decorrente de gestões administrativas inadequadas e da incompetência daqueles que trabalham em educação. A crise gerencial produz, então, certas iniquidades, como a evasão, a repetência e o analfabetismo” (OLIVEIRA, 1997, p.121). Nesse contexto, surgiram soluções via financiamentos e acordos internacionais. Como parte das discussões da Conferência Internacional de 1990, e após o consentimento do Brasil à “Declaração Mundial da Educação para Todos”, novas estratégias e técnicas foram elaboradas para alcançar a ‘qualidade’ na educação com vistas a resultados e produtividade, culminando no “Plano de Qualidade Total em Educação” (RAMOS, 1994). É nesse cenário que a qualidade da EI torna-se objeto de avaliação<sup>19</sup> como um critério exigido pela família,

---

<sup>18</sup> No artigo 206, inciso VII.

<sup>19</sup> A avaliação aqui está relacionada a dois eixos: Política de avaliação na/da Educação Infantil e avaliação da política de Educação Infantil. (ROSEMBERG, 2013)

pelos educadores, pelos documentos oficiais e pelas pesquisas realizadas na temática.

Duas questões norteiam as políticas de EI: a qualidade dos serviços oferecidos e o impacto que uma EI de qualidade pode exercer na vida escolar das crianças. Foi justamente considerando essas duas linhas que este estudo se desenvolveu para revelar como a avaliação da qualidade da Educação Infantil tem se constituído no campo acadêmico brasileiro.

Outro movimento que se propôs a falar sobre a infância brasileira e, conseqüentemente, sobre a qualidade da educação das crianças, foi o da psicologia. Na década de 1920, o nacionalismo contribuiu para a busca por novas metodologias de ensino para crianças. Assim, em diversos lugares<sup>20</sup> no do Brasil houve um esforço subsidiado pela psicologia para compreender o desenvolvimento infantil.

Podemos pensar que ‘qualidade’ é um conceito natural que se incorporou nas relações da Educação. Há, portanto, uma naturalização do conceito, assim como ocorre com o conceito de infância, sobre o qual podemos refletir a partir do exemplo presente na discussão instaurada por Abramowicz e Rodrigues (2014, p. 462):

Por um lado, a infância é uma construção social, produzida e engendrada no interior de uma série de normas, de leis, de medidas, de pressupostos, que vão dos filosóficos ao teológicos, dos jurídicos aos pedagógicos e psicológicos. Estamos também, sobretudo, convergindo com as discussões que problematizam certa naturalização da infância, compreendida como fase biológica do desenvolvimento humano, igualmente sobreposta a todas as crianças.

A naturalização de um conceito é uma questão que implica ações que podem definir os objetivos da educação, neste caso, da Educação Infantil. As relações de poder e de força direcionaram a construção de uma política para a EI e, embora não se tenha discutido a ‘qualidade’ diretamente, surgiram apontamentos que indicavam a necessidade de desenvolver critérios que pudessem embasar a ‘qualidade’ no atendimento às crianças. Um marco que passou a dar visibilidade à Educação Infantil foi a já mencionada Constituição de 1988, que apresenta suas especificações. É importante compreender que a indicação das especificidades de atendimento à criança corresponde à produção de conhecimento sobre elas, à produção de discurso

---

<sup>20</sup> Em São Paulo, organizações aliadas ao Instituto de Psicologia da USP; em Minas Gerais, desenvolveram-se programas de estudos com ênfase no desenvolvimento infantil. (KISHIMOTO, 1990)

sobre metodologias de ensino, de comportamento e de organização de sistemas e programas para a educação da infância.

Consideramos todas essas premissas para pensar, a partir de Foucault, como a ‘qualidade’ na EI se faz no interior de uma “vontade de saber”. Foucault não escreve sobre a construção da ‘qualidade’ ou sobre o discurso da ‘qualidade’, mas ao abordar a “vontade de saber” sobre a sexualidade, apresenta o modo como determinadas relações de forças constroem um discurso, e como esse discurso implica a produção de um sujeito.

Daí o fato de que o ponto essencial (pelo menos, em primeira instância) não é tanto saber o que dizer ao sexo, sim ou não, se formular lre interdições ou permissões, afirmar sua importância ou negar seus efeitos, se policiar ou não as palavras empregadas para designá-lo; mas levar em consideração o fato de se falar de sexo, quem fala, os lugares e os pontos de vista de que se fala. As instituições que incitam a fazê-lo, que armazenam e difundem o que ele diz, em suma, o “fato discursivo” global, a “colocação do sexo em discurso”. [...] de que maneira o poder penetra e controla o prazer cotidiano – tudo isso com efeitos que podem ser de recusa, bloqueio, desqualificação mas, também, de incitação, de intensificação, em suma, de “técnicas polimorfos do poder”. [...] esses efeitos de poder levam a formular a verdade do sexo ou, ao contrário, mentiras destinadas a ocultá-lo, mas revelar a “vontade de saber” que lre serve ao mesmo tempo de suporte e instrumento (FOUCAULT, 1988, p.17).

Em sua estrutura teórica, Foucault apresenta uma forma de relacionar a produção de conceitos sociais nas relações micro e macro à produção de vida dos sujeitos. Na obra *Vigiar e Punir* (2012), o autor apresenta a construção de saber como estando relacionada ao poder e evidencia como as relações de poder produzem indivíduos. Do singular ao múltiplo, o poder atua sobre todos, mas de maneira singular. O poder no âmbito micro segue a mesma lógica, ou seja, atua nas relações mais cotidianas possíveis, como é o caso da prática das professoras quando planejam ou improvisam atividades com as crianças. Assim como Deleuze (1988, p.38) discorre sobre o trabalho de Foucault.

[...] a relação de poder se insere em todo lugar onde existem singularidades, ainda que minúsculas, relações de forças como “discussões de vizinhos, briga de pais e crianças, desentendimentos de casais, excessos alcoólicos e sexuais, rixas públicas e – tantas – paixões secretas.

A relação de poder é correlata a um campo de saber, bem como o saber é correlato ao poder. “Não há modelo de verdade que não remeta a um tipo de poder, nem saber ou sequer ciência que não exprima ou não implique ato, um poder se exercendo” (FOUCAULT, 1988, p.48).

Na mesma linha, na obra *História da Sexualidade*, Foucault (1988) expõe a maneira como o conceito de ‘sexo’ vem sendo construído no movimento da história da sexualidade a partir das relações de poder/saber e as diversas formas em que vem sendo retratado. O autor percebe os movimentos do cotidiano das pessoas, das relações micro e macro, e desenvolve seu trabalho não de forma linear, mas no movimento dos fatos que ocorrem ao longo da história, de maneira a revelar como as forças da própria sexualidade produzem os sujeitos. Assim como Foucault indica os lugares ocupados pelo sexo nos campos da linguagem e do plano real, de modo análogo podemos refletir sobre como o conceito de ‘qualidade’ ocupa esses mesmos espaços: enquanto na linguagem a ‘qualidade’ é formada nos documentos que orientam a organização da Educação Infantil, no plano real os conceitos singulares de ‘qualidade’ permeiam as práticas das professoras.

A construção do conceito de ‘qualidade’ assume algumas verdades no campo da Educação Infantil, verdades estas estabelecidas pela economia, pela psicologia, pela medicina, entre outros. No caso da medicina, Foucault (1979, p.80) destaca que a área aparece como primeiro objeto de normalização.

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia. Mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista.

A partir dessa assertiva, é possível perceber que o controle sobre as crianças foi pensado em um espaço, a escola, a fim de alcançar maior controle social através do controle e disciplina operados no corpo. A escola tem um caráter normalizador para as crianças, portanto quando a ‘qualidade’ é alocada ao âmbito da Educação Infantil, ela se faz enquanto construção social que organiza as concepções de saber sobre a criança, de forma relacional ao poder.

Um dos principais motivos que levam à formalização da educação para as crianças está permeado de concepções de controle social sob a ótica sanitarista,

higienista e de controle da criança e da família pobre (ABRAMOWICZ; RODRIGUES; MORUZZI, 2012, p.87).

Em todas as instâncias do saber, seja na medicina, da psiquiatria ou da psicologia, a criança surge como indivíduo perigoso e em perigo, fraco emocionalmente e fisicamente e, ao mesmo tempo, forte, dotado de uma imensa capacidade plástica para aprender e adquirir novos hábitos.

É pertinente pensar na discussão apresentada por Foucault (1979, p.87) sobre o desenvolvimento da medicina social na Europa, em que ele cita o filósofo Cabanis ao afirmar que os homens mudam seus costumes quando se reúnem em locais fechados. Assim, é possível perceber como a questão da 'qualidade' foi evoluindo na formalização da Educação Infantil (ressalte-se que o termo "evolução" é aplicado aqui não no sentido positivo ou negativo, mas como forma de elucidar a transformação do conceito social). Ao considerar a construção social do conceito de 'qualidade', é possível inferir que ele se dá na produção da ideia de 'infância', um conceito que, de acordo com Foucault, se constrói no interior de uma "vontade de verdade".

[..] o sentimento de que a criança era inocente e precisava ser protegida levou à produção de todo um ordenamento novo de educação e governamento de crianças, colocando sobre elas imperativos, ou dispositivos, entre eles o higiênico-pedagógico, o jurídico, o médico, que se juntaram aos dispositivos literários, do brinquedo e tantos outros que buscam normatizar, normalizar e moralizar a criança (ABRAMOWICZ; RODRIGUES; MORUZZI, 2012, p.86).

Na medida em que as crianças passaram a compor um espaço público destinado a elas sob o caráter de direito, novas exigências e "costumes" produziram novas necessidades e demandas à Educação Infantil. Questões ligadas à saúde, à organização de infraestrutura, à formação dos profissionais que compõem esse espaço, entre outras, foram gradativamente alteradas, o que mais uma vez mostra o conceito de 'qualidade' enquanto construção social, construção que tem refletido diretamente nas formas de 'ser criança' e 'ter infância'.

O eixo a seguir apresenta as produções mapeadas nas bases de dados, de maneira a possibilitar a contemplação de suas principais similitudes de avaliação e construção de 'qualidade' na EI.

## CAPÍTULO 3. Cartografia das produções

Após a busca e identificação de trabalhos nas bases de dados, realizou-se a leitura de cada texto e identificou-se as similitudes teóricas, metodológicas e temáticas para a construção dos agrupamentos temáticos, conforme descrito no capítulo anterior. A construção dos agrupamentos teve o objetivo de organizar as pesquisas que discutem a 'qualidade' na Educação Infantil (EI) a partir de indicadores de 'qualidade'. As descrições de cada trabalho abrangem as características do roteiro elaborado<sup>21</sup> para leitura e análise, e as metodologias foram classificadas a partir da abordagem apresentada por Oliveira (2012), como pesquisa quantitativa e/ou pesquisa qualitativa.

### 3.1. Fundamentos de avaliação da qualidade na Educação Infantil

O primeiro agrupamento, *Fundamentos de avaliação da qualidade na Educação Infantil*, consiste no conjunto das produções que discutem a avaliação da 'qualidade' na EI no interior das políticas públicas e das pesquisas desenvolvidas na temática. Com relação às políticas públicas, o debate se constrói no âmbito legal, considerando a 'qualidade' enquanto direito da criança, e analisa a aplicação dessas políticas nas instituições de EI, abordando ainda como estas devem ser gerenciadas para alcançar a 'qualidade'. Este agrupamento é composto por cinco artigos: "Políticas de Educação Infantil e Avaliação" (ROSEMBERG, 2013); "Entre as políticas de qualidade e a qualidade das práticas" (CAMPOS, 2013); "A qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa" (CAMPOS; FULLGRAF; WIGGERS, 2006); "Considerações sobre qualidade na educação infantil" (CORRÊA, 2003); e "Avaliação de programas, indicadores e projetos em educação infantil" (ROSEMBERG, 2001).

O primeiro trabalho analisado (ROSEMBERG, 2013)<sup>22</sup> apresenta o debate contemporâneo sobre a avaliação na/da Educação Infantil brasileira. Tendo como principais referenciais teóricos Jussara Hoffman, Dolores Bombardelli Kappel e Maria Malta Campos, a autora estabelece a distinção entre a política de avaliação na/da EI e a avaliação da política de EI. A pesquisa tem caráter bibliográfico e argumenta a

---

<sup>21</sup> Roteiro apresentado no Apêndice A.

<sup>22</sup> *Políticas de Educação Infantil e Avaliação*. 2013

necessidade de construir a avaliação para a EI considerando o respeito às crianças e o direito à educação de qualidade, tomando o devido cuidado para que a avaliação não seja baseada em modelos hegemônicos adotados em outras etapas de ensino no Brasil. Este trabalho pode ser considerado central na temática por demarcar os lugares de debate e pesquisa sobre avaliação da 'qualidade' na EI.

Já o artigo de Campos (2013)<sup>23</sup> consiste em uma análise bibliográfica, o que o caracteriza como pesquisa de abordagem qualitativa. A autora discorre sobre a 'qualidade' na EI com ênfase na mudança de argumentação das políticas públicas da área ocorrida na América Latina a partir da década de 1990, quando o discurso voltado para políticas de igualdade de oportunidades passou a ser substituído por outro direcionado a políticas de 'qualidade'. Naquele contexto, os sistemas de avaliação externa passaram a compor o âmbito da educação, convertendo a concepção de 'qualidade' para aquela baseada no "modelo de eficiência gerencial" (CAMPOS, 2013, p.26), na qual a disputa por recursos públicos incita a competição diante dos resultados das avaliações. Campos aborda também a discussão sobre a influência que os programas desenvolvidos nos Estados Unidos exercem na avaliação da 'qualidade' na EI por meio das escalas de avaliação de ambientes. Seus principais referenciais teóricos são Julia Oliveira-Formosinho, Gunilla Dahlberg, Peter Moss, Alan Pence, Anna Bondioli, Paul Leseman, Thelma Harms, Debby Cryer e Richard Clifford.

Campos, Fullgraf e Wiggers (2006)<sup>24</sup>, por sua vez, realizaram um levantamento bibliográfico de pesquisas empíricas que discutem a 'qualidade' na EI, publicadas no período entre 1996 e 2003. Para dialogar com os trabalhos levantados, as autoras apresentam como principais referenciais teóricos Sonia Kramer, Dolores Bombardelli Kappel, Ana Beatriz Cerisara, Fúlvia Rosemberg e Lenira Haddad. A pesquisa compreendeu 68 textos publicados nas principais revistas de educação brasileiras e apresentados na mais importante reunião científica da área (Anped - especificamente do Grupo de Trabalho Educação da Criança de zero a seis anos) e, após análise, dividiram os trabalhos em categorias a partir dos principais aspectos relacionados à 'qualidade' na EI: profissionais de EI e sua formação; propostas pedagógicas e currículo para a EI; condições de funcionamento e práticas educativas no cotidiano das instituições; e relações com as famílias.

---

<sup>23</sup> *Entre as políticas de qualidade e a qualidade das práticas.* 2013

<sup>24</sup> *A qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa.* 2006

O quarto artigo (CORRÊA, 2003)<sup>25</sup> consiste em pesquisa teórica e empírica que considera a 'qualidade' na EI enquanto direito das crianças e realiza uma análise a partir de três aspectos: atendimento à demanda de 4 a 6 anos; a razão adulto/criança; e o cuidado como parte integrante do trabalho realizado. A publicação defende que se os principais direitos das crianças forem considerados e assegurados dentro dessas dimensões, as instituições poderão oferecer uma Educação Infantil de qualidade. Para subsidiar a pesquisa, a autora utilizou principalmente os referenciais de Maria Malta Campos, Fúlvia Rosemberg, Moysés Kuhlmann Jr, Miguel A. Zabalza, Vitor H. Paro, Lenira Haddad e Sonia Kramer.

O último trabalho classificado no agrupamento *Fundamentos de avaliação da qualidade na EI* é a pesquisa teórica de Rosemberg (2001)<sup>26</sup>, que oferece subsídios para a avaliação de programas, indicadores e projetos de EI, a partir de três dimensões que devem ser consideradas em propostas de avaliação de 'qualidade': a intuição, os valores e o conhecimento científico. Segundo a autora, a *intuição* é uma das bases fundamentais da ação na EI devido ao grande número de pessoas que não usufruíram de uma formação profissional específica inicial ou continuada. Já os *valores* podem ser tanto os individuais quanto os sociais. Considerando que toda proposta de EI contém parâmetros de acordo com o que se considera desejável ou não, é possível que coexistam valores em conflito ou em consenso, bem como hegemônicos (que impossibilitem a expressão dos valores das famílias) ou direcionados às necessidades do mundo globalizado. Por sua vez, a terceira e última dimensão apresentada por Rosemberg, *conhecimento científico*, resulta de pesquisas e teorias científicas formuladas no próprio campo da EI. Sua construção não impede que o conhecimento seja neutro ou apolítico, ou que não esteja apoiado na intuição, e oferece a oportunidade de interpretação da realidade não pela imposição, mas pela prova sempre fundamentada. É interessante destacar que o conhecimento aplicado em um espaço público se constitui por meio de conflitos e diversas perspectivas, e deve instrumentalizar as opções políticas e a construção de práticas na EI. Os principais referenciais teóricos utilizados por Rosemberg (2001) são Maria Malta Campos, Jens Qvortrup e Robert Myers.

---

<sup>25</sup> *Considerações sobre qualidade na educação infantil*. 2003

<sup>26</sup> *Avaliação de programas, indicadores e projetos em educação infantil*. 2001

Quadro 3: Síntese dos trabalhos classificados no agrupamento temático *Fundamentos de avaliação da qualidade na Educação Infantil*

<b>Título do trabalho</b>	<b>Autoras/Autores</b>	<b>Ano</b>	<b>Base de dados</b>	<b>Tipo</b>
Políticas de Educação Infantil e Avaliação	Fúlvia Rosemberg	2013	SciELO	Artigo
Entre as políticas de qualidade e a qualidade das práticas	Maria Malta Campos	2013	SciELO	Artigo
A qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa	Maria Malta Campos, Jodete Fullgraf, Verena Wiggers	2006	SciELO	Artigo
Considerações sobre qualidade na educação infantil	Bianca Cristina Corrêa	2003	SciELO	Artigo
Avaliação de programas, indicadores e projetos em educação infantil	Fúlvia Rosemberg	2001	SciELO	Artigo

Fonte: Dados elaborados pela pesquisadora, 2014.

O Quadro 3 acima apresenta as informações dos trabalhos mapeados no primeiro agrupamento, todos caracterizados como pesquisas de metodologia qualitativa e fundamentados na concepção de que os programas e políticas devem estar ancorados na conquista dos direitos das crianças a uma educação de qualidade, que respeite os princípios e critérios de organização espacial, de materiais e de profissionais, e que se estabeleça por meio de pesquisas teóricas e empíricas realizadas no Brasil. Os estudos oferecem também uma discussão sobre a necessidade do debate relacionado à implantação na EI de modelos de avaliação presentes em outros níveis de ensino.

O subitem 3.2 abaixo contempla a discussão presente nos trabalhos classificados no segundo agrupamento.

### **3.2. Avaliação das políticas de Educação Infantil**

Este agrupamento concentra seis artigos que discutem como a implantação de políticas e programas de incentivo e melhoramento da 'qualidade' na EI podem contribuir para uma vida escolar de maior aproveitamento. São eles: "Efeitos de longo prazo da Educação Infantil: evidências e política" (MELHUIISH, 2013); "Educação infantil e políticas municipais: um estudo longitudinal" (NUNES; CORSINO; KRAMER, 2013); "O poder da pré-escola: evidências de um estudo longitudinal na Inglaterra"

(TAGGART et al, 2011); "A contribuição da educação infantil de qualidade e seus impactos no início do ensino fundamental" (CAMPOS et al, 2011); "Qualidade na educação infantil: revisão de um estudo brasileiro e recomendações" (KAGAN, 2011); e "Avaliação institucional na educação infantil: um campo de possibilidades" (RAMPAZZO; TEDESCHI, 2008).

A pesquisa qualitativa de Melhuish (2013)<sup>27</sup> discute, a partir de dados internacionais, o impacto positivo que a pré-escola pode ter sobre a criança se esta tiver acesso a uma Educação Infantil de qualidade. Indicando como principais referenciais teóricos os autores James Heckman, Arthur Reynolds e Deborah Vandell, e subsidiado pelos dados da pesquisa, o autor apresenta a estrutura da instituição como um indicador de 'qualidade', relacionando-a a parâmetros como proporção adulto/criança; tempo de permanência; interação com adulto; organização do ambiente; formação profissional; e currículo apropriado. Tais parâmetros devem proporcionar à criança um espaço propício para seu desenvolvimento cognitivo, cuja importância é justificada pelas evidências de que os efeitos da educação na infância trazem consequências para o resto da vida. Esta justificativa também é subsidiada pela perspectiva econômica de educação, que considera o investimento na qualidade da educação para a infância um meio de proporcionar benefícios para a sociedade e gerar aumento do PIB do país.

O segundo artigo analisado (NUNES; CORSINO; KRAMER, 2013)<sup>28</sup> consiste em pesquisa de abordagem qualitativa que investiga as mudanças das políticas de EI pública no estado do Rio de Janeiro ocorridas ao longo de uma década (1999 a 2009). O objetivo não foi o de analisar as políticas públicas e discutir se tinham ou não qualidade, mas sim o de evidenciar que quando a formação de professores ocorre de forma efetiva e plena, a construção da 'qualidade' na EI pode ser favorecida. Essa formação efetiva corresponde ao investimento na formação cultural dos professores, organização de concurso específico para professor de EI, inclusão na carga horária de horas destinadas ao planejamento e à formação em serviço, aumento salarial, processos democráticos de nomeação de diretor, principalmente nas creches do Rio de Janeiro. As autoras apresentam como principais referenciais teóricos Antonio Nóvoa, Maurice Tardiff e Zaia Brandão.

---

<sup>27</sup> *Efeitos de longo prazo da Educação Infantil: evidências e política*. 2013

<sup>28</sup> *Educação infantil e políticas municipais: um estudo longitudinal*. 2013

O artigo de Taggart et al (2011)<sup>29</sup>, por sua vez, não teve o objetivo de avaliar diretamente a EI a partir de um indicador, pois compreende que uma EI de qualidade é um indicador com impacto positivo para a vida escolar da criança. A pesquisa de abordagem quantitativa trabalha com os resultados de uma escala de avaliação desenvolvida na Inglaterra para um estudo longitudinal que avaliou crianças quando tinham 3 e 4 anos, depois aos 5 anos quando ingressaram na escola, depois aos 7, aos 10 e aos 11 anos. Para avaliar a qualidade da pré-escola, o projeto EPPE (eficácia da educação pré-escolar e primária) utilizou a ECERS-R<sup>30</sup> (escala de avaliação de ambientes).

O artigo revela que a frequência da criança à pré-escola, comparada à não frequência, favorece o desenvolvimento cognitivo e sociocomportamental, e que as pré-escolas de qualidade são aquelas que apresentam uma equipe mais qualificada, com uma boa proporção de professores formados em nível superior e práticas que desenvolvem desafios cognitivos. O texto ressalta a importância da participação dos pais no desenvolvimento das crianças, não apenas na pré-escola, mas no ambiente familiar. Os resultados do estudo evidenciam o efeito positivo no desenvolvimento das crianças que têm acesso a uma pré-escola de qualidade e, mais do que isso, que o não acesso a uma EI de qualidade pode ser prejudicial ao seu desenvolvimento escolar. Os principais referenciais teóricos apresentados pelos autores são Maria Malta Campos, Thelma Harms, Richard M. Clifford, Debby Cryer, Edward Melhuish, Peter Moss e Kathy Sylva.

A contribuição de uma EI de qualidade para o início do ensino fundamental é reiterada no artigo de Campos et al (2011)<sup>31</sup>, que compreende uma análise bibliográfica e a aplicação da escala de avaliação de ambientes ECERS-R. Desenvolvido em seis capitais brasileiras, o estudo utilizou a escala mencionada para avaliar a qualidade das instituições destinadas a crianças de 2,5 a 5 anos. Esta pesquisa pode ser alocada à abordagem quantitativa por fazer inferências na realidade com base nos resultados de uma escala de avaliação, a partir dos quais se realizou um cruzamento de dados com os resultados da “Provinha Brasil”. A pesquisa evidencia que existe diferença de rendimento entre as crianças que frequentam

---

<sup>29</sup> *O poder da pré-escola: evidências de um estudo longitudinal na Inglaterra*. 2011

<sup>30</sup> A ECERS-R é uma escala que avalia ambientes oferecidos a crianças de 3 a 5 anos e 8 meses. Sua edição revisada foi publicada em 1998 por Thelma Harms, Debby Cryer e Richard M. Clifford.

<sup>31</sup> *A contribuição da educação infantil de qualidade e seus impactos no início do ensino fundamental*. 2011

instituições de EI de qualidade e aquelas advindas de instituições de baixa qualidade. Os principais referenciais teóricos apresentados são Thelma Harms, Debby Cryer, Richard M. Clifford, Peter Moss.

Já o artigo de Kagan (2011)<sup>32</sup> considera a premissa de que para se alcançar maiores níveis de qualidade é preciso investir em programas de EI e em sua infraestrutura. O estudo apresenta uma análise dos resultados de uma pesquisa brasileira sobre 'qualidade' na EI (CAMPOS, 2010), dialogando com resultados de pesquisas internacionais sobre a temática e com o aporte teórico de Maria Malta Campos, Robert Myers, Peter Moss, Alan Pence e Deborah Vandell. Através de uma abordagem qualitativa, Kagan expõe a ideia de que os programas de EI precisam ser concebidos dentro de um sistema, considerando diversos elementos que não podem ser pensados separadamente e que, para a qualidade ser mantida, é necessário haver uma infraestrutura compatível. Nesse sentido, a autora propõe sete elementos de infraestrutura para promover e garantir a qualidade dos programas de EI: regulamentação, que compreende normas de segurança e padrões higiênico-sanitários; mecanismos de financiamento que garantam verbas suficientes para manutenção da força de trabalho; entidades gestoras que assegurem a equidade na oferta de serviços; capacidade de desenvolvimento e certificação profissional, oferecendo formação significativa e contínua; parâmetros e mecanismos de avaliação contínua da formação; envolvimento dos pais e da comunidade, considerando os pais como primeiros professores; vinculação com escolas e serviços básicos de saúde, nutrição e proteção social.

O último trabalho classificado no agrupamento *Avaliação das políticas de EI*, (RAMPAZZO; TEDESCHI, 2008)<sup>33</sup>, apresenta por meio de uma abordagem qualitativa um estudo de caso em uma escola de EI que implantou a avaliação institucional, e caracteriza este formato de avaliação como um indicador que contribui para uma educação de qualidade. A avaliação da 'qualidade' através da avaliação institucional deve ser aliada à construção coletiva do projeto político pedagógico, políticas, instituições, planos, programas e projetos, bem como de estratégias e mecanismos para sua implementação. Esse processo deve ser desenvolvido com a participação

---

<sup>32</sup> *Qualidade na educação infantil: revisão de um estudo brasileiro e recomendações*. 2011

<sup>33</sup> *Avaliação institucional na educação infantil: um campo de possibilidades*. 2008

de pessoas que estejam diretamente envolvidas com o contexto da instituição, com foco no aperfeiçoamento e qualidade do ambiente educacional.

De acordo com as autoras, a avaliação institucional em uma escola de EI deve contemplar dois objetivos: suscitar a autoconsciência da instituição e garantir as informações necessárias para que as decisões sejam tomadas da forma mais eficiente, proporcionando assim a construção da 'qualidade' de maneira negociada. Para dialogar com essas perspectivas, são utilizados como principais referenciais Isaura Belloni, Bernardete A. Gatti, Anna Bondioli, Mara Regina Lemes de Sordi, Ana Betriz Cerisara e Moysés Kuhlmann Jr.

Quadro 4: Síntese dos trabalhos classificados no agrupamento temático *Avaliação das políticas de Educação Infantil*

<b>Título do trabalho</b>	<b>Autoras/Autores</b>	<b>Ano</b>	<b>Base de dados</b>	<b>Tipo</b>
Efeitos de longo prazo da Educação Infantil: evidências e política	Edward Melhuish	2013	Scielo	Artigo
Educação infantil e políticas municipais: um estudo longitudinal	Maria Fernanda Rezende Nunes, Patricia Corsino, Sonia Kramer	2013	Scielo	Artigo
O poder da pré-escola: evidências de um estudo longitudinal na Inglaterra	Brenda Taggart, Kathy Sylva, Edward Melhuish, Pam Sammons, Iram Siraj-Blatchford	2011	BAMP-FCC	Artigo
A contribuição da educação infantil de qualidade e seus impactos no início do ensino fundamental	Maria Malta Campos, Eliana Bahia Bhering, Yara Esposito, Nelson Gimenes, Beatriz Abuchaim, Raquel Valle, Sandra Unbehaum	2011	Scielo	Artigo
Qualidade na educação infantil: revisão de um estudo brasileiro e recomendações	Sharon Lynn Kagan	2011	Scielo	Artigo
Avaliação institucional na educação infantil: um campo de possibilidades	Wania Rampazzo, Cristina Tedeschi	2008	Anped	Artigo (pôster)

Fonte: Dados elaborados pela pesquisadora, 2014.

Os trabalhos apresentados neste agrupamento, organizados no Quadro 4 acima, caracterizam-se por argumentar com evidências a premissa de que um programa de EI de qualidade contribui significativamente para um impacto positivo na vida escolar de uma criança. A qualidade de um programa de EI pode estar relacionada à estrutura física (infraestrutura), formação de professores, estratégias de construção da ‘qualidade’, avaliação de ambientes, entre outros fatores. Todas essas questões podem ser compreendidas como indispensáveis para uma EI de qualidade, pensada principalmente para a criança.

O subitem 3.3 abaixo contempla os trabalhos classificados no terceiro agrupamento temático.

### **3.3. Avaliação da qualidade na Educação Infantil**

O terceiro agrupamento concentra um total de 14 trabalhos, produzidos entre 1993 e 2012, que discutem a avaliação da ‘qualidade’ na EI por meio de duas abordagens, descritas abaixo: *estrutura e espaço na EI* e *práticas e atores que compõem a EI*.

#### **3.3.1. Abordagem 1: Avaliação da qualidade por meio da estrutura e do espaço na EI**

As pesquisas que adotam esta abordagem consideram o espaço institucional um critério imprescindível para a interação com a criança, com vistas à promoção de seu melhor desenvolvimento<sup>34</sup>. 10 dos trabalhos analisados (CAMPOS et al, 2011; CAMPOS et al, 2010; FIGUEIRÊDO, 2010; OLIVEIRA et al, 2003; CAMPOS-de-CARVALHO, SOUZA, 2008; CARVALHO, PEREIRA, 2008; LIMA, BHERING, 2006; LIMA, BHERING, 2006; SOUZA, CAMPOS-de-CARVALHO, 2005; CORREIA, 1993) lançam olhares para a ‘qualidade’ por meio de escalas de avaliação que analisam a forma como o ambiente está organizado, os materiais disponibilizados e o arranjo espacial.

O trabalho de Campos et al (2011)<sup>35</sup> relaciona as metodologias quantitativa e qualitativa e apresenta os resultados da avaliação de instituições de EI em seis

---

<sup>34</sup> O termo ‘desenvolvimento’ é usado neste momento porque os trabalhos apresentados nesta abordagem se organizam por meio dos saberes da Psicologia.

<sup>35</sup> *A qualidade da educação infantil: um estudo em seis capitais brasileiras*. 2011.

capitais brasileiras (Belém, Teresina, Fortaleza, Campo Grande, Rio de Janeiro e Florianópolis). Realizada em parceria com a Fundação Carlos Chagas, Ministério da Educação e Banco Interamericano de Desenvolvimento, a pesquisa coletou dados em 147 instituições, entre turmas de creches e pré-escolas, e utilizou como instrumentos de avaliação as escalas ITERS-R (Infant/Toddler Environment Rating Scale - Revised Edition - Escala de Avaliação de Ambientes para Bebês e Crianças Pequenas - Edição Revisada)<sup>36</sup> e ECERS-R (Early Childhood Environment Rating Scale - Revised Edition - Escala de Avaliação de Ambientes de Educação Infantil)<sup>37</sup>. Paralelamente, foram aplicados questionários para recolher informações sobre as instituições e seus funcionários.

Para subsidiar a pesquisa, foi utilizado o aporte teórico apresentado por Thelma Harms, Debby Cryer, Richard Clifford, Jodete Füllgraf, Verena Wiggers, Fúlvia Rosemberg, Maria Ignez Campos-de-Carvalho e Eliana Bhering. A concepção de 'qualidade' está fundamentada nos indicadores das escalas de avaliação. Por meio da aplicação das escalas, algumas áreas evidenciaram necessidade de maior investimento, pois podem contribuir para melhoras da 'qualidade' na EI, como as atividades desenvolvidas nas creches e pré-escolas, as rotinas de cuidado pessoal nas creches e a estrutura de programa das pré-escolas.

Campos et al (2010)<sup>38</sup>, por sua vez, desenvolveram uma pesquisa qualitativa objetivo de retratar a abrangência e a qualidade da oferta da Educação Infantil, bem como avaliar em que medida as variações de 'qualidade' na EI têm impacto no ensino fundamental. O estudo foi organizado em duas dimensões, uma de análise de dados censitários e outra de trabalho de campo, que envolveu entrevistas e observações para identificar as características do atendimento oferecido em creches e pré-escolas dos municípios de Belém, Teresina, Campo Grande, Florianópolis, Fortaleza e São Paulo. 147 instituições foram avaliadas utilizando as escalas ITERS-R e ECERS-R, sendo 102 municipais, 23 privadas/particulares e 22 conveniadas com o poder público. O relatório final traz ainda dados obtidos através de questionários aplicados às famílias, entrevistas com dirigentes municipais, questionário de caracterização dos estabelecimentos, questionário de caracterização dos professores, estudo das políticas e ações do município para a Educação Infantil (com entrevista e roteiro), e

---

<sup>36</sup> Tradução e adaptação para esta pesquisa da escala publicada em 2003.

<sup>37</sup> Tradução e adaptação para esta pesquisa da escala publicada em 1998.

<sup>38</sup> *Educação infantil no Brasil: Avaliação qualitativa e quantitativa*. 2010

estudo de caráter analítico e descritivo sobre os financiamentos da EI, com objetivo de analisar o financiamento da Educação Infantil e elaborar indicadores de gasto por criança.

O trabalho compreende o conceito de 'qualidade' a partir dos "Parâmetros Nacionais de Qualidade da EI" (BRASIL, 2006), ou seja, como algo socialmente construído sujeito a constantes negociações, que depende do contexto em que está inserido e se baseia em direitos, necessidades, demandas, conhecimentos e possibilidades. Os resultados da pesquisa de Campos et al indicam que a 'qualidade' avaliada pelas escalas ITERS-R e ECERS-R não corresponde aos níveis considerados adequados. Os dados coletados a partir dos questionários e entrevistas indicam: que a qualidade das creches é sempre mais precária do que a das pré-escolas; que os professores não têm oportunidade de desenvolver em sua formação o conhecimento e o domínio da prática com crianças pequenas; que na maioria das instituições não existe formação continuada nem apoio pedagógico para o trabalho; e que poucas professoras têm documentos que orientem sua programação. Os referenciais teóricos utilizados incluem Eliana Bhering, Thelma Harms, Debby Cryer, Richard Clifford, Sonia Kramer, Dolores Bombardelli Kappel, Peter Moss, Fúlvia Rosemberg e Kathy Sylva,

Já a dissertação de mestrado de Figueirêdo (2010)<sup>39</sup> avaliou a qualidade de creches no município de São Paulo por meio da Escala de Avaliação de Estabelecimentos Prestadores de Cuidados a Crianças, da OMS (Organização Mundial da Saúde). De natureza quanti-qualitativa e tipo descritivo exploratório, a pesquisa se fez em dois momentos, sendo o primeiro referente à coleta de dados e informações das creches, e, o segundo, à aplicação da escala. A escala de avaliação desenvolvida pela OMS tem o objetivo de verificar se tanto o bem-estar físico quanto o psicossocial estão sendo considerados e oferecidos às crianças nas creches, e abrange 80 itens divididos em oito áreas: ambiente físico; saúde e segurança; nutrição e refeições; administração; interação técnico-família; interação técnico-crianças; comportamento observável das crianças; e currículo. O padrão de qualidade pode ser classificado em três instâncias: escore 2 (condição presente), escore 1 (insuficiente - quando a existência das condições é questionável) e escore 0 (condições ausentes). A 'qualidade' pode ser entendida como uma busca, um processo em construção, e a

---

<sup>39</sup> *Avaliação da qualidade de creches: estudo em um município de São Paulo. 2010*

escala contribui para verificar a 'qualidade' na EI a fim de realizar intervenções nos ambientes de coletividade para crianças pequenas. Para subsidiar a pesquisa, os principais referenciais teóricos apresentados são de Lenira Haddad, Fúlvia Rosemberg, Maria Clotilde Rosseti-Ferreira e Miguel A. Zabalza.

Outra pesquisa mapeada foi a de Oliveira et al (2003)<sup>40</sup>, que apresenta primeiramente uma contextualização histórica da formação das creches e, em seguida, realiza a aplicação de duas escalas de avaliação de ambientes educacionais, ITERS (Infant/Toddler Environment Rating Scale<sup>41</sup>) e ECERS (Early Childhood Environment Rating Scale<sup>42</sup>), em instituições (creches e pré-escolas) municipais, filantrópicas e universitárias na cidade de Ribeirão Preto (SP). A partir da aplicação das escalas, constatou-se que a 'qualidade' se faz na oferta de instituições bem organizadas, de modo que as crianças possam ser socializadas e ter um bom desenvolvimento. O trabalho considera que avaliar a 'qualidade' é um exercício complexo por lidar com um conceito dinâmico, e as escalas contribuem porque constroem a 'qualidade' com base em dados observáveis e quantificáveis. Os principais referenciais teóricos apresentados são Lilian Katz, Christine Pascal, Tony Bertram, Maria Malta Campos, Mara Ignez Campos-de-Carvalho, Maria Clotilde Rosseti-Ferreira, Thelma Harms, Debby Cryer e Richard M. Clifford.

Campos-de-Carvalho e Souza (2008)<sup>43</sup>, por sua vez, apresentam uma pesquisa quantitativa subsidiada pela Psicologia Ambiental e pela Psicologia do Desenvolvimento, integrando-as à EI. O estudo considera o "arranjo espacial", um conceito da Psicologia Ambiental, como fator imprescindível para a construção da 'qualidade' nas instituições de EI e, num segundo momento, avalia os espaços de educação por meio da escala de avaliação de ambientes ITERS-R. O principal objetivo foi o de captar a relação entre arranjo espacial e ocupação de espaços por grupos de crianças. Essa perspectiva entende que a estrutura e a organização de espaços são propiciadores de 'qualidade' porque a interação das crianças com o ambiente favorece a formação de sua identidade e o desenvolvimento das potencialidades. Para discutir essas concepções, os principais referenciais teóricos apresentados são de Maria

---

<sup>40</sup> *Avaliação de ambientes educacionais infantis*. 2003

<sup>41</sup> Escala de Avaliação de Ambientes para Bebês e Crianças Pequenas (Tradução para esta pesquisa da escala publicada em 1990).

<sup>42</sup> Escala de Avaliação de Ambientes de Educação Infantil (Tradução para esta pesquisa, da escala publicada em 1980).

<sup>43</sup> *Psicologia ambiental, Psicologia do desenvolvimento e Educação Infantil: Integração possível?* 2008

Clotilde Rosseti-Ferreira, Lilian Katz, Christine Pascal, Tony Bertram, Fúlvia Rosemberg, Souza e Maria Ignez Campos-de-Carvalho, Thelma Harms, Richard M.Clifford, Arthur Reynolds e Leanne G. Rivlin.

Já a pesquisa qualitativa de Carvalho e Pereira (2008)<sup>44</sup> teve o objetivo de avaliar instituições de EI por meio das escalas de avaliação de ambientes ITERS-R e ECERS-R, subsidiada pelos referenciais Thelma Harms, Richard Clifford, Debby Cryer, Lilian Katz, Fúlvia Rosemberg e Mara Ignez Campos-de-Carvalho. O trabalho avaliou 16 unidades de EI com crianças de 4 meses a 5 anos e 8 meses, considerando como indicadores de 'qualidade' os critérios avaliativos de cada escala (como ambientes de cuidado infantil, saúde e desenvolvimento das crianças) e, principalmente, considerando o impacto que os ambientes podem causar no desenvolvimento infantil. O estudo conclui que havia a necessidade de as instituições avaliadas dedicarem maior atenção a aspectos relacionados à rotina e aos cuidados pessoais com as crianças de até 3 anos de idade, bem como às atividades desenvolvidas com crianças a partir de 3 anos de idade.

Os trabalhos de Lima e Bhering, publicados e localizados em duas bases de dados (2006 Scielo<sup>45</sup>; 2006 Anped<sup>46</sup>), são resultado de uma pesquisa quantitativa que avaliou instituições de EI para crianças de 4 a 36 meses, utilizando a escala de avaliação de ambientes ITERS-R. Os indicadores desta escala estão organizados em sete subescalas, a saber: espaço e mobiliário; rotinas de cuidado pessoal; linguagem oral e compreensão; atividades; interação; estrutura do programa; e pais e equipe. Os principais referenciais teóricos apresentados em ambas as pesquisas são Fúlvia Rosemberg, Maria Malta Campos, Peter Moss, Anna Bondioli, Lilian Katz, Thelma Harms, Richard Clifford, Debby Cryer, Arthur Reynolds, Cecilia Aguiar, Joaquim Bairrão, Silvia Barros e Miguel A. Zabalza.

A perspectiva adotada pelas autoras parte da premissa de que a qualidade da EI está coadunada com a organização do ambiente físico da instituição, bem como com as atividades, rotina, disposição de materiais, etc., uma vez que essas condições podem desencadear situações educacionais de qualidade. Avaliar os ambientes de educação por meio da escala favorece a reflexão do professor sobre o impacto de

---

<sup>44</sup> *Qualidade em ambientes de educação infantil pública*. 2008

<sup>45</sup> *Um estudo sobre creches como ambiente de desenvolvimento*. 2006

<sup>46</sup> *Creche como contexto de desenvolvimento: um estudo sobre o ambiente de creches em um município de SC*. 2006

suas ações no desenvolvimento da criança, além de auxiliar a construção de espaços de qualidade que contribuam para a formação do conhecimento para as crianças, para as famílias e professores

Ainda dentro da Abordagem 1 do agrupamento *Avaliação da qualidade na EI*, o artigo de Souza e Carvalho (2005)<sup>47</sup> apresenta uma pesquisa qualitativa que investiga a pertinência da escala de avaliação ITERS em ambientes de EI, submetendo todos os 35 itens da escala à análise de duas especialistas em Educação Infantil. São várias as sugestões apresentadas pelas autoras, que consideram que escalas de avaliação podem contribuir para a construção da 'qualidade' em ambientes de EI, especificamente, em ambientes de creche. O trabalho argumenta que sua utilização proporciona a reflexão sobre a formação de educadores e projetos de intervenção, pois permite a identificação dos aspectos positivos e daqueles que precisam ser melhorados. Os principais referenciais utilizados são Maria Malta Campos, Deborah Vandell, Robert Myers, Thelma Harms, Debby Cryer e Richard Clifford.

Também a dissertação de mestrado de Correia (1993)<sup>48</sup>, localizada na base de dados dos periódicos da Capes, estuda a 'qualidade' na EI a partir dos ambientes formais de educação oferecidos às crianças. Na perspectiva da Psicologia da Educação e da Psicologia do Desenvolvimento, o estudo é subsidiado pelos referenciais teóricos de Thelma Harms, Debby Cryer, Richard Clifford, Lilian Katz, Lea Pearson e John Quinn. A pesquisa de natureza quanti-qualitativa coletou dados de 128 crianças de 4 a 5 anos e 11 meses, em jardins de infância<sup>49</sup> de Portugal, por meio de três instrumentos de avaliação: a escala ECERS, utilizada para avaliar o ambiente; a escala de competência social, que informa o desenvolvimento das crianças em contextos pré-escolares e foi aplicada para se conhecer as características de desenvolvimento das crianças; e o teste Bury Infant Check, utilizado para reconhecimento das dimensões de desenvolvimento das crianças, uma vez que avalia as várias áreas do funcionamento<sup>50</sup> da criança (linguagem, estilo de aprendizagem, memória, capacidades numéricas e aptidões perceptivo-motoras).

---

<sup>47</sup> *Qualidade de ambientes de creches: uma escala de avaliação*. 2005

<sup>48</sup> *Contextos formais de educação e desenvolvimento da criança - contributos para a educação pré-escolar*. 1993

<sup>49</sup> Termo utilizado pela autora.

<sup>50</sup> Termo utilizado pela autora.

Considerando que ‘qualidade’ e ambiente estão mutuamente relacionados, o objetivo da pesquisa de Correia foi o de estabelecer relações entre a ‘qualidade’ de ambiente dos contextos formais de educação e o desenvolvimento de capacidades de competência social, linguagem numérica, memória e perceptivo-motoras das crianças. Há uma correlação entre desenvolvimento infantil e as interações estabelecidas pelo ambiente, mensurando a qualidade da EI proporcionalmente à qualidade do ambiente. É preciso considerar a ‘qualidade’ sob duas variáveis, as de estrutura (aspectos físicos, equipamentos e organização de recursos) e as dinâmicas ou de processo (qualidade e quantidade de interações existentes), para que se alcance um consenso sobre normas mínimas de uma ‘qualidade’ aceitável.

Quadro 5: Síntese dos trabalhos classificados no agrupamento temático *Avaliação da qualidade na EI - Abordagem 1*

<b>Título do trabalho</b>	<b>Autoras/Autores</b>	<b>Ano</b>	<b>Base de dados</b>	<b>Tipo</b>
A qualidade da educação infantil: um estudo em seis capitais brasileiras	Maria Malta Campos, Yara Lúcia Esposito, Eliana Bhering, Nelson Gimenes e Beatriz Abuchaim	2011	SciELO	Artigo
Educação infantil no Brasil: Avaliação qualitativa e quantitativa	Maria Malta Campos (coordenadora)	2010	BAMP-FCC	Relatório de Pesquisa
Avaliação da qualidade de creches: estudo em um município de São Paulo	Ivoneide Gomes Figueirêdo	2010	BDTD	Dissertação
Psicologia ambiental, Psicologia do desenvolvimento e Educação Infantil: Integração possível?	Mara Campos-de-Carvalho, Tatiana Noronha de Souza	2008	SciELO	Artigo
Qualidade em ambientes de educação infantil pública	Alysson Massote Carvalho, Arlete Santana Pereira	2008	SciELO	Artigo
Um estudo sobre creches como ambiente de desenvolvimento	Ana Beatriz Rocha Lima, Eliana Bhering	2006	SciELO	Artigo
Creche como contexto de desenvolvimento: um estudo sobre o ambiente de creches em um município de SC	Ana Beatriz Rocha Lima, Eliana Bhering	2006	Anped	Artigo

Título do trabalho	Autoras/Autores	Ano	Base de dados	Tipo
Qualidade de ambientes de creches: uma escala de avaliação.	Tatiana Noronha de Souza, Mara Campos-de-Carvalho	2005	SciELO	Artigo
Avaliação de ambientes educacionais infantis	Mariana Almeida de Oliveira, Rosângela de Assis Furtado, Tatiana Noronha de Souza, Mara Ignez Campos-de-Carvalho	2003	SciELO	Artigo
Contextos formais de educação e desenvolvimento da criança - contributos para a educação pré-escolar	Rosalina Maria Cordeiro Marchão Mendes Correia	1993	Periódicos da CAPES	Dissertação

Fonte: Dados elaborados pela pesquisadora

O *Quadro 5* acima apresenta de forma pontual as principais informações sobre os trabalhos que discutem a ‘qualidade’ sob a perspectiva da organização do ambiente, considerando essa dimensão como propulsora de um melhoramento da ‘qualidade’ na EI.

O subitem 3.3.2 abaixo discute os trabalhos classificados na *Abordagem 2* o agrupamento *Avaliação da qualidade na EI*.

### 3.3.2. Abordagem 2: Avaliação da qualidade por meio de práticas e atores que compõem a EI

A segunda abordagem do agrupamento *Avaliação da qualidade na EI* abrange quatro pesquisas (VECTORE, 2010; PIVA, 2009; CORRÊA, 2007; MAIMONE; TOMÁS, 2005;) que avaliam a ‘qualidade’ na EI utilizando como indicadores as práticas desenvolvidas e os atores que compõem as instituições.

O primeiro estudo (VECTORE, 2010)<sup>51</sup> analisado consiste em pesquisa qualitativa que propõe a elaboração de instrumentos de avaliação da ‘qualidade’ na EI e trabalha na perspectiva de que o psicólogo escolar que atua em instituições seria

<sup>51</sup> *Perspectivas para a promoção da qualidade na educação infantil: alguns instrumentos*. 2010

o profissional mais recomendado para realizar a avaliação e contribuir para o trabalho do professor. A autora apresenta três estudos, ou três instrumentos de avaliação elaborados para o psicólogo escolar. Os principais referenciais teóricos utilizados são Ferre Laevers, Peter Moss, Julia Oliveira-Formosinho, Christine Pascal, Tony Bertram; Manuel J. Sarmento.

O primeiro instrumento corresponde à avaliação da instituição infantil realizada pela criança, pois garantir um espaço de participação para a criança é importante dentro da concepção que as considera um ser forte, potente e produtor de cultura. Foram entrevistadas 15 crianças de 5 a 6 anos, divididas em quatro grupos. A estratégia utilizada para as entrevistas envolveu a promoção de três oficinas temáticas de características lúdicas com cada grupo.

O segundo instrumento é a escala de comportamentos mediacionais de educadores infantis, que considera a formação de professores da EI um indicador de 'qualidade' e que seu empenho também é fundamental. Essa escala faz parte do programa MISC (Programa de intervenção Mediacional para um Educador mais Sensível), que está sendo adaptado ao contexto brasileiro e busca identificar cinco comportamentos básicos de uma mediação de qualidade, a saber: focalização; expansão; afetividade; encorajamento; e regulação do comportamento. Uma mediação é considerada adequada quando atende aos cinco critérios. Assim, essa escala validada consiste em um instrumento capaz de avaliar os comportamentos dos professores na interação com crianças pequenas.

O terceiro instrumento é a entrevista lúdica e a avaliação de indicadores de estresse em pré-escolares. Os psicólogos escolares devem estar atentos e ser capazes de identificar os indicadores de estresse e efetuar o encaminhamento adequado. A entrevista lúdica utilizada na pesquisa identifica as possíveis fontes de estresse por meio de um jogo de tabuleiro contendo 18 casas correspondentes a 18 indagações a serem respondidas pelas crianças.

Por considerar o conceito de 'qualidade' de difícil definição devido à sua natureza subjetiva, podendo ser entendido de diferentes formas por diferentes pessoas, o estudo de Vectore oferece a avaliação da 'qualidade' a partir do trabalho do psicólogo escolar, profissional que pode contribuir para a construção do conceito e trabalhar as dificuldades de aprendizagem das crianças pré-escolares.

Por sua vez, a dissertação de Piva (2009)<sup>52</sup> estuda a 'qualidade' por meio do envolvimento e participação das crianças com as atividades oferecidas nas creches e pré-escolas, com foco nas práticas pedagógicas e sua efetividade para a promoção da aprendizagem e desenvolvimento das crianças. A pesquisa está organizada em dois momentos, o primeiro de observação e o segundo de aplicação da escala LIS-YC (Escala Leuven de envolvimento para crianças pequenas), o que caracteriza sua abordagem como quanti-qualitativa. Desenvolvido em Centros de Educação Infantil e turmas de pré-escola do município de Corupá (SC), o estudo recolheu dados de 25 crianças com idades entre 2 e 4 anos, utilizando como referenciais teóricos os trabalhos de Ferre Laerrvers, Vygotsky, Dinah Martins de Campos, Julia Oliveira-Formosinho, Eliana Bhering, Christine Pascal e Tony Bertram.

A escala LIS-YC possui dois componentes para avaliar o envolvimento das crianças. O primeiro envolve sinais ou aspectos relacionados ao comportamento apresentado durante as atividades (concentração, energia, complexidade e criatividade, expressão postural e facial, persistência, precisão, tempo de reação, comentários verbais e satisfação). O segundo componente aborda os níveis de envolvimento da criança com as atividades, classificados em uma escala de 1 a 5 que indica: ausência de atividade; atividade frequentemente interrompida; atividade mais ou menos contínua; atividade com momentos intensos; ou atividade mantida intensamente.

Os critérios estabelecidos na pesquisa de Piva para avaliar o nível de envolvimento das crianças com as práticas foram: possibilidade de escolha da atividade; área/local onde foi realizada; grau de orientação/direção da educadora; forma de agrupamento das crianças; formas de interação envolvendo crianças e/ou adultos. Compreendeu-se que quando as possibilidades de interação ocorrem concomitantemente à liberdade de escolha, há um impacto na qualidade da atividade para a promoção do desenvolvimento da criança, e que avaliar o nível de envolvimento nas atividades oportuniza uma aprendizagem profunda para as crianças, proporcional à 'qualidade'.

---

<sup>52</sup> *Um estudo utilizando a escala LIS-YC (Escala Leuven de Envolvimento para crianças pequenas).* 2009

Já a dissertação de mestrado de Corrêa (2007)<sup>53</sup>, subsidiada pelos estudos de Benigna Maria de Freitas Villas Boas, Jussara Hoffmann, Maria Teresa Esteban, Maria F Sousa, Gunilla Dahlberg, Peter Moss, Alan Pence, Sonia Kramer, Moysés Kuhlmann Jr. e Maria R. L. Sordi, investigou a 'qualidade' na EI por meio de processos avaliativos aplicados pelas professoras de uma creche e pré-escola. Envolvendo observação, análise documental e entrevistas, a pesquisa qualitativa do tipo observação participante foi desenvolvida em duas turmas de Maternal II e Jardim II de uma instituição particular sem fins lucrativos, localizada no Distrito Federal. A autora apresenta análises das concepções das professoras sobre infância, criança, Educação Infantil, avaliação e 'qualidade', assim como análises sobre as práticas avaliativas e sobre os sentidos atribuídos a 'avaliação' e 'qualidade' na EI a partir do trabalho pedagógico.

A concepção de 'qualidade' adotada na pesquisa está relacionada ao respeito às especificidades da EI, compreendida como um período singular e promotor do desenvolvimento humano, em que a criança deve ser considerada como um ser capaz, ativo e produtivo. A avaliação formativa da Educação Infantil se faz enquanto processo de aprendizagem, de construção do conhecimento e de organização de momentos que propiciem aprendizagens significativas e promotoras de autonomia. O estudo analisou a qualidade da Educação Infantil por meio de processos avaliativos desenvolvidos na creche e na pré-escola, de modo que o trabalho pedagógico tem sentido atribuído pela concepção de avaliação adotada pelas professoras, ou seja, a metodologia em que as professoras avaliam as crianças implica diretamente na qualidade da Educação Infantil.

No estudo qualitativo de Maimone e Tomás (2005)<sup>54</sup>, o empenho do professor é um indicador de 'qualidade' discutido através de pesquisa desenvolvida em uma instituição de EI na cidade de Uberaba (MG). Participaram do estudo de caso seis educadoras que atuavam com crianças de 3 a 5 anos e cuja interação foi avaliada utilizando-se a Escala de Empenho do Adulto, que pontua de 1 a 5 as características pessoais e profissionais que definem a capacidade de interação da professora no processo de ensino e aprendizagem (sentir, motivar, autonomizar a criança). A pesquisa compreende 'qualidade' como processo em construção, no qual o empenho

---

<sup>53</sup> *Avaliação e a qualidade da Educação Infantil: uma análise dos processos avaliativos desenvolvidos na creche e na pré-escola.* 2007

<sup>54</sup> *Observação do educador infantil pela escala de empenho do adulto.* 2005

do professor é uma dimensão essencial para possibilitar à criança uma aprendizagem significativa a partir das interações que propõe. O aporte teórico deste estudo é apresentado por Ferre Laevers, Christine Pascal, Tony Bertram, Eliana Bhering, Miguel A. Zabalza, Sonia Kramer e Julia Oliveira-Formosinho.

Quadro 6: Síntese dos trabalhos classificados no agrupamento temático *Avaliação da qualidade na EI - Abordagem 2*

<b>Título do trabalho</b>	<b>Autoras/Autores</b>	<b>Ano</b>	<b>Base de dados</b>	<b>Tipo</b>
Perspectivas para a promoção da qualidade na educação infantil: alguns instrumentos	Celia Vectore	2010	BAMP-FCC	Artigo
Um estudo utilizando a escala LIS-YC (Escala Leuven de Envolvimento para crianças pequenas)	Vivian Martins Piva	2009	BDTD	Dissertação
Avaliação e a qualidade da Educação Infantil: uma análise dos processos avaliativos desenvolvidos na creche e na pré-escola	Maria Theresa de Oliveira Corrêa	2007	BDTD	Dissertação
Observação do educador infantil pela escala de empenho do adulto	Eulália Henriques Maimone, Débora Nogueira Tomás	2005	SciELO	Artigo

Fonte: Dados elaborados pela pesquisadora

O *Quadro 6* acima apresenta de forma pontual as principais informações sobre os trabalhos classificados na *Abordagem 2* do agrupamento temático *Avaliação da qualidade na EI*, que consideram as práticas e o envolvimento de atores que compõem a EI como uma de suas dimensões essenciais, ou seja, como indicadores para a construção da ‘qualidade’ na EI.

O subitem 3.4 abaixo apresenta os dados dos trabalhos agrupados no quarto agrupamento.

### **3.4. Recomendações para construção e avaliação da qualidade na Educação Infantil**

Este agrupamento temático é composta por 18 pesquisas (RAYNA, 2013; CLIFFORD, 2013; HARMS, 2013; PORTUGAL, 2012; BREJO, 2012; GARCIA, MACEDO, 2011; ZUCOLOTO, 2011; SILVA, SOUZA, 2011; MYERS, 2011; SOARES,

ROSSETI-FERREIRA, 2010; SILVEIRA, 2009; ROSSETI-FERREIRA et al, 1998; JABUR, 2007; CORREA, 2006; CAMPOS, COELHO, CRUZ, 2006; KUDE, 2004; BHERING, SGANDERLA, 2004; CORREA, 2002;) que fazem recomendações sobre como a 'qualidade' deve ser avaliada e quais indicadores contribuem para sua construção na EI.

O trabalho de Rayna (2013)<sup>55</sup> é uma pesquisa qualitativa do tipo ação-formação, realizada entre 2009 e 2011. Consistiu em visitas de dois grupos sucessivos de profissionais italianos da primeira infância a creches de Paris, que os acolheram e autorizaram sua observação. O estudo apresenta a 'participação' como elemento-chave para definir a 'qualidade' na Educação Infantil, principalmente a participação dos profissionais envolvidos, mas também a dos pais, no processo coletivo de construção da 'qualidade'.

A autora adota a concepção de 'qualidade' proposta por Peter Moss, que afirma não haver para ela uma definição objetiva, devendo ser construída em processo coletivo e contextualizado. O foco principal do estudo é discutir 'participação' enquanto indicador de 'qualidade' direcionado para os profissionais da EI, mas o texto reflete também acerca da participação dos pais e das próprias crianças. Para subsidiar a discussão, os principais referenciais teóricos utilizados foram Peter Moss, Gunilla Dahlberg, Alan Pence, Gilles Brougère e Michel Vandebroek.

Outro artigo mapeado é o de Clifford (2013)<sup>56</sup>, que em sua pesquisa qualitativa desenvolveu uma análise de três estudos realizados nos Estados Unidos a respeito da 'qualidade' na EI e o possível impacto gerado pelo acesso a uma educação de qualidade sobre a vida escolar. A pesquisa apresenta a escala de avaliação de ambiente ECERS-R como instrumento recomendado para a construção de 'qualidade' e análise para políticas públicas, e o aplicou para avaliar ambientes dos anos pré-escolares nos Estados Unidos como estratégia de coleta de dados em larga escala para monitorar e melhorar a qualidade dos serviços prestados nas instituições. Thelma Harms, Arthur Reynolds e Debby Cryer compõem os principais referenciais teóricos apresentados.

Já a pesquisa de Harms (2013)<sup>57</sup>, de natureza qualitativa e bibliográfica, apresenta dados de programas que utilizam a escala de avaliação de ambientes

---

<sup>55</sup> *Participação e qualidade do cuidado e da educação na creche*. 2013

<sup>56</sup> *Estudos em larga escala de educação infantil nos Estados Unidos*. 2013

<sup>57</sup> *O uso de escala de avaliação de ambientes na educação infantil*. 2013

ECERS nos Estados Unidos, e discute a utilidade desta escala para a construção da ‘qualidade’ na EI. Concebendo ‘qualidade’ como uma construção a partir da utilização da ECERS, a autora analisa as escalas tomando em consideração as três necessidades básicas das crianças que correspondem ao eixo principal de garantia e construção da ‘qualidade’: proteção da saúde e segurança; apoio e orientação para desenvolvimento social/emocional; e estímulos de linguagem e desenvolvimento cognitivo. O aporte teórico apresentado é composto pelos estudos dos autores Richard Clifford, Arthur Reynolds, Kathy Sylva e Debby Cyrer.

Outro trabalho classificado no agrupamento *Recomendações para construção e avaliação da qualidade na EI* é o de Portugal (2012)<sup>58</sup>, que consiste em uma pesquisa qualitativa que considera a avaliação processual das crianças como instrumento de auxílio ao professor na construção de uma prática de qualidade. Organizado a partir da realidade da Educação Infantil portuguesa, inicialmente o estudo traz uma revisão bibliográfica na perspectiva de que a avaliação deve ser um processo contínuo e, em seguida, desenvolve o projeto de elaboração de um instrumento de avaliação para apoio da prática pedagógica: o SAC.

O SAC (Sistema de Acompanhamento das Crianças) é um programa de intervenção e documentação do processo de desenvolvimento das crianças e permite conhecer suas competências em seu próprio contexto. O instrumento parte de dois pressupostos para avaliar a ‘qualidade’ em um ambiente de ensino: o bem-estar emocional e o nível de implicação (qualidade humana reconhecida pela concentração e persistência). O bem-estar emocional é descrito em cinco níveis, partindo do nível “muito baixo”, que corresponde a um quadro de sofrimento emocional, até o nível “muito alto”, que representa as crianças bem consigo próprias e com o mundo. Os principais referenciais teóricos utilizados no estudo foram Peter Moss, Lev Vygotsky, Ferre Laevers e Julia Oliveira-Formosinho.

Já a tese de doutoramento de Brejo (2012)<sup>59</sup> apresenta um estudo qualitativo que desenvolve uma análise comparativa de políticas de formação de professores do Brasil e da Argentina entre 1990 e 2010. Por meio da análise simultânea, foram observadas as proximidades, as semelhanças e as diferenças existentes entre os dois

---

<sup>58</sup> *Uma proposta de avaliação alternativa e “autêntica” em educação pré-escolar: o Sistema de Acompanhamento das Crianças (SAC)*. 2012

<sup>59</sup> *Estudo Comparativo das políticas nacionais de formação de professores da educação infantil no Brasil e na Argentina (1990-2010)*. 2012

países pesquisados. Subsidiado pelos estudos de Sonia Kramer, Fúlvia Rosemberg, Demerval Saviani, Ana Beatriz Cerisara, Maria Malta Campos e Luis Henrique Aguilar, o trabalho buscou investigar: os requisitos de titulação legal para se lecionar no nível inicial; as tipologias de instituições formadoras, sua estrutura e organização; o currículo para os cursos de formação; as iniciativas do poder público para melhorar a qualidade da educação; e as influências dos organismos internacionais quanto à fixação de parâmetros exigidos em avaliações de desempenho, tais como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, coordenado pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

A tese considera que a formação dos professores de EI incide diretamente na qualidade do ensino, tornando-se alvo de diversas políticas educacionais que compreendem que a Educação Infantil ajuda a construir as bases do aprendizado que será desenvolvido ao longo da vida. Na perspectiva de que a EI é base formadora da educação de crianças, recomenda-se que o professor tenha conhecimentos voltados para as finalidades da Educação Infantil e que leve em consideração sua responsabilidade em contribuir para o desenvolvimento pleno da criança.

Outra pesquisa mapeada é a de Garcia e Macedo (2011)<sup>60</sup>. De natureza qualitativa, o trabalho envolve um estudo de caso em duas escolas de EI de São Paulo e considera a participação da família, por meio de reuniões de pais na pré-escola, como indicador para construção da 'qualidade' na EI. A partir dos referenciais teóricos de Sonia Kramer, Maria Clotilde Rosseti-Ferreira, Lenira Haddad, Carmen Silva Penha Galluzzi e Jerusa Vieira Gomes, a pesquisa apresenta uma abordagem que visa a organizar as reuniões de pais de modo a incentivar e efetivar a participação das famílias, considerando esses encontros sob três perspectivas: a forma (pauta da reunião); o conteúdo (temas a serem discutidos); e a dinâmica (das relações entre pais e professores). O trabalho entende que as reuniões de pais devem ser momentos de oportunidade para que as famílias conheçam, reflitam e apreciem o que as crianças fazem e aprendem na escola<sup>61</sup>. Essa abordagem contribui para que a EI seja construída com a integração de todos e, assim, melhore sua 'qualidade'.

Zucoloto (2011)<sup>62</sup>, por sua vez, considera em sua tese de doutorado a utilização de instrumentos de avaliação como estratégia para que o professor reflita sobre sua

---

<sup>60</sup> *Reuniões de pais na educação infantil: modos de gestão*. 2011

<sup>61</sup> Termo utilizado pelos autores.

<sup>62</sup> *Educação Infantil em creches: uma experiência com a escala*. 2011

prática e a construa com 'qualidade'. Para desenvolver a pesquisa qualitativa, a autora recolheu e analisou os dados de uma creche no interior de São Paulo seguindo critérios de uma abordagem fenomenológica, com base nos itens da escala de avaliação de ambientes ITERS (que avalia ambientes educacionais para crianças com idade entre 0 e 30 meses). O trabalho parte do entendimento de que 'qualidade' é algo a ser construído em processo de longo prazo e que a escala auxilia no desenvolvimento de uma participação democrática da equipe.

Considerando os estudos de Anna Bondioli, Maria Carmem Silveira Barbosa, Maria Malta Campos, Miguel A. Zabalza, Gunilla Dahlberg, Peter Moss, Alan Pence, Julia Oliveira-Formosinho, Thelma Harms, Richard Clifford e Debby Cryer, a 'qualidade' é entendida como um conceito socialmente construído que deve ser produto da ação de uma equipe. Alguns critérios são claros quanto à 'qualidade' na educação de bebês, como a atenção individualizada, outros envolvem os indicadores da escala de avaliação, como espaço e mobiliário, rotinas de cuidado pessoal, falar e compreender, atividades, interação, estrutura do programa, pais e equipe. A tese conclui que a construção da 'qualidade' pode ser desenvolvida com o auxílio de instrumentos de avaliação para que o professor avalie e reflita sobre sua prática, construindo a 'qualidade' junto à equipe da creche.

A pesquisa qualitativa de Silva e Souza (2011)<sup>63</sup>, por sua vez, não teve o objetivo de avaliar a qualidade de uma instituição de EI mediante a aplicação de uma escala de avaliação de ambiente, mas o de considerar e recomendar a utilização de escalas de avaliação como propulsoras no processo de construção e melhoramento da 'qualidade'. A partir dos estudos propostos por Miguel A. Zabalza, Lilian Katz, Maria Ignez Campos-de-Carvalho, Fúlvia Rosemberg, Thelma Harms Richard Clifford, Debby Cryer e Eliana Bhering, o artigo trabalha na perspectiva de que a avaliação da 'qualidade' é uma das estratégias possíveis para a promover sua melhora.

As autoras aplicaram a escala Esac (ITERS) em cinco instituições de uma cidade no interior de São Paulo, sem que houvesse o compromisso de lhes oferecer um retorno. A Escala de Avaliação de Ambientes Coletivos para Crianças de 0 a 30 meses é uma versão traduzida e adaptada ao contexto brasileiro de uma escala norte-americana para avaliação de ambientes de creches, e concentra-se principalmente no indicador de 'qualidade' que considera o modo como o ambiente é organizado. Com

---

<sup>63</sup> *Análise da utilização de uma escala de avaliação da qualidade de creches.* 2011

base em uma concepção da Psicologia Ambiental, essa perspectiva acredita que a organização do ambiente interfere positiva ou negativamente na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças.

Já o estudo qualitativo de Myers (2011)<sup>64</sup> apresenta o processo de construção de políticas de avaliação da 'qualidade' na Educação Infantil no México, bem como a produção de indicadores de 'qualidade'. Uma das principais ações do setor educacional mexicano foi a criação do Instituto Nacional de Avaliação Educacional, que monitora o progresso da educacional no país. Concomitantemente à criação do Instituto, organizou-se o Projeto Intersetorial de Indicadores do Bem-Estar das Crianças Pequenas, que formou um grupo de trabalho para elaborar indicadores de 'qualidade'.

Vários métodos foram utilizados para chegar a uma definição de 'qualidade', desde uma revisão de literatura até a organização de uma escala de 'qualidade', a ECCP (*Escala de evaluación de la calidad educativa en centros preescolares*). Chegou-se à percepção de que 'qualidade' não é um conceito universal e estático, o que os levou à aplicação de duas estratégias para sua construção e negociação: a primeira foi a de indagar pessoas que não haviam sido consultadas anteriormente na elaboração de políticas educacionais. A segunda foi a de identificar características compartilhadas de um mundo em que as pessoas gostariam de viver. Dessa forma, o Programa Escolas de Qualidade do México realizou avaliações, formou equipes de avaliadores em cada estado para empreender o trabalho de campo nas pré-escolas, analisou as mudanças ocorridas em uma amostra de pré-escolas no período entre 2002 e 2007, estudou 40 pré-escolas em quatro estados e formou equipes (do mesmo modo que na etapa anterior) para realizar entrevistas com pais e crianças.

Subsidiado principalmente pelos estudos de Gunilla Dahlberg, Peter Moss, Alan Pence, o trabalho aponta recomendações por meio dos resultados apresentados pelas estratégias de construção de políticas, incidindo mais na construção do significado de 'qualidade' e demonstrando a necessidade de diálogos e negociações, constatando que as definições de 'qualidade' devem ser flexíveis e que nenhum instrumento de avaliação deve ser tomado como definitivo.

---

<sup>64</sup> *Em busca da qualidade educacional na pré-escola: uma experiência mexicana*. 2011

Outro trabalho identificado neste agrupamento é a pesquisa de Silva e Rosseti-Ferreira (2010)<sup>65</sup>, que discute a ‘qualidade’ na EI a partir do indicador ‘formação de professores’. Para as autoras, a ‘qualidade’ na EI está relacionada à formação do profissional que trabalha com crianças de 0 a 6 anos. Com base nos estudos de Fúlvia Rosemberg, Maria Malta Campos, Moysés Kuhlmann Jr., Pedro Demo e Sonia Kramer, o trabalho oferece uma discussão sobre determinados fatores que interferem na formação do perfil do profissional de Educação Infantil, a saber: as transformações que a Educação Infantil sofreu na década de 1990; as novas políticas e elaboração de documentos do MEC; os reconhecimentos legais; e a relação ‘cuidar e educar’. A partir da formação de professores de EI, as autoras definem ‘qualidade’, apontando na direção de uma nova formação, com mudanças em sua atual estrutura, capacitação e supervisão.

Já a pesquisa qualitativa de Silveira (2009)<sup>66</sup> analisa a adequabilidade ao contexto brasileiro da escala de avaliação de ambientes ITERS-R, desenvolvida para avaliar a ‘qualidade’ em ambientes oferecidos a crianças de 0 a 30 meses. A pesquisa englobou quatro etapas: (1) análise semântica; (2) treinamento e familiarização com a escala; (3) verificação da discriminabilidade; e (4) verificação da concordância entre aplicadores treinados. A etapa 3 envolveu a aplicação da escala em quatro turmas de creches com diferentes tipos de gestão: municipal, universitária, filantrópica e particular. O foco não foi comparar os escores, mas verificar se esta escala se aplica ao contexto da Educação Infantil brasileira, numa perspectiva de promover um ambiente institucional de qualidade com discussão e reflexão sobre os aspectos positivos já presentes e os que devem ser modificados.

O trabalho é baseado na Psicologia Ambiental, que compreende a inter-relação da pessoa com o ambiente e discute com os estudos de Lenira Haddad, Thelma Harms, Debby Cryer, Richard Clifford, Tony Bertram, Christine Pascal, Fúlvia Rosemberg, Miguel Zabalza, Gunilla Dahlberg, Peter Moss, Alan Pence e Maria Ignez Campos-de Carvalho. Após considerar a escala como adequada para utilização no contexto brasileiro, recomendou-se seu uso para a construção de ‘qualidade’ em espaços de desenvolvimento para bebês e crianças pequenas. A avaliação do

---

<sup>65</sup> *Desafios atuais da educação infantil e da qualificação de seus profissionais: onde o discurso e a prática se encontram?* 2010

<sup>66</sup> *Qualidade do atendimento de creches: análise de uma escala de avaliação.* 2009

ambiente faz sentido quando concede conhecimento sobre o ambiente para intervenção e melhorias.

Também pertinente ao agrupamento *Recomendações para construção e avaliação da 'qualidade' na EI*, a pesquisa de Rosseti-Ferreira et al (1998)<sup>67</sup> discute a avaliação da 'qualidade' por meio da própria avaliação, como uma forma de promover a 'qualidade' no contexto da Educação Infantil. A avaliação é entendida como um recurso de promoção e definição de qual 'qualidade' se pretende alcançar. O estudo analisa um instrumento de avaliação australiano para a Educação Infantil, o Quality Improvement and Accreditation System (Sistema de Promoção de Qualidade e Credenciamento), que reúne 'qualidade' e 'avaliação' em um sistema composto por 52 princípios, divididos em quatro áreas: interações; programa; nutrição-saúde-práticas de segurança; e direção da creche-desenvolvimento da equipe. A pesquisa em questão avaliou, em quatro creches de Ribeirão Preto (SP) e região (uma universitária, uma particular, uma municipal e uma filantrópica), 20 princípios considerados fundamentais.

Considerando os estudos de Peter Moss, Pedro Demo, Maria Malta Campos, Fúlvia Rosemberg e Lenira Haddad, a pesquisa de cunho qualitativo aborda a avaliação como uma forma de promoção da 'qualidade'. Ainda que a escala de avaliação apresente seus próprios indicadores, ela é considerada central para que se construa a 'qualidade' na EI. O estudo trabalha com a concepção de que 'qualidade' é um conceito construído e relativo a determinadas concepções subjacentes, um processo político e uma forma de exercer poder e controle. Assim, a visão de 'qualidade' depende da concepção de 'criança' e de 'educação' que se possui.

De todas pesquisas mapeadas, a de Jabur (2007)<sup>68</sup> é uma das poucas a considerar e recomendar a participação das crianças como indicador para a construção da 'qualidade' na EI. Utilizando como principais referenciais teóricos Jens Qvortrup, Manuel J. Sarmiento, Anna Bondioli, Maria Malta Campos, Fúlvia Rosemberg, Lilian Katz e Sonia Kramer, a pesquisa qualitativa objetivou compreender a 'qualidade' a partir da participação das crianças, ouvindo-as por meio de entrevistas e rodas de conversação, bem como por meio de imagens geradas a partir da máquina fotográfica. O estudo foi realizado com crianças de 6 anos de idade em uma instituição

---

<sup>67</sup> *Promoção da qualidade e avaliação na educação infantil: uma experiência*. 1998

<sup>68</sup> *Retratando uma creche: um encontro de olhares e dizeres revelando sentidos para uma Educação Infantil de qualidade*. 2007

filantrópica de Ribeirão Preto (SP), e investigou as atividades, rotinas e espaços da instituição de que as crianças gostam mais e, da mesma maneira, de quais elas gostam menos. O trabalho considera que essa avaliação pode ser um instrumento para a promoção da qualidade do atendimento oferecido, e defende que ouvir as crianças a partir de uma escuta verdadeira seria uma forma de trabalhar para melhorar a 'qualidade' na Educação Infantil.

Outra pesquisa a ser mencionada é a de Correa (2006)<sup>69</sup>, que recomenda a gestão democrática como estratégia para a construção de uma EI de qualidade, considerando importante a participação da família e de todos os sujeitos na instituição. De cunho qualitativo, o estudo analisa as políticas de gestão democrática em uma escola no interior de São Paulo, através de um levantamento bibliográfico a respeito da temática e de entrevistas realizadas na secretaria de educação e na escola. A análise procura evidenciar que a gestão democrática na EI para crianças de 4 a 6 anos pode se configurar como um referencial de 'qualidade', e que no âmbito da gestão democrática na EI, a participação da família pode ser um referencial de 'qualidade'. A autora trabalha na perspectiva de que a educação escolar de crianças pequenas tem sentido em meio à humanização das gerações, por meio daquilo de mais elevado que a sociedade constituiu: a Cultura. Os principais referenciais teóricos utilizados são Maria Malta Campos, Miguel A. Zabalza, Lenira Haddad, Fúlvia Rosemberg e Anna Bondioli.

Já o relatório final da pesquisa de Campos, Coelho e Cruz (2006)<sup>70</sup> corresponde a uma consulta respaldada na metodologia qualitativa e quantitativa, realizada em quatro estados brasileiros (Ceará, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul). Em cada estado, foram investigadas 14 instituições e realizadas consultas com professores, funcionários, diretores, coordenadores, pais usuários, pais não usuários, líderes de comunidade e crianças frequentadoras de creches e pré-escolas. Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram: fichas de identificação da instituição; ficha de identificação e questionário para os diversos segmentos de entrevistados; e instrumentos específicos para entrevista coletiva com crianças. Os questionários tinham duas abordagens, a primeira envolvendo perguntas abertas, e a segunda apresentando alguns critérios para que a pessoa se manifestasse a respeito.

---

<sup>69</sup> *A gestão democrática como referencial de qualidade na educação infantil para crianças de quatro a seis anos.* 2006

<sup>70</sup> *Consulta sobre qualidade da educação infantil.* 2006

A pesquisa baseia-se na concepção de que a 'qualidade' deve ser construída por todos os envolvidos com a EI, e que a qualidade da educação precisa ser avaliada dentro da cultura escolar, de seu ambiente e de suas interações com o contexto. Em outras palavras, 'qualidade' é um conceito socialmente construído, sujeito a constantes negociações, que depende do contexto e está fundamentada em direitos, necessidades, demandas, conhecimentos e possibilidades. A definição de critérios de 'qualidade' está, portanto, constantemente tensionada por essas diferentes perspectivas. Os principais referenciais teóricos utilizados foram Gunilla Dahlberg, Peter Moss, Alan Pence, Willian Corsaro, Maria Dolores Kappel, Anna Bondioli, Susanna Mantovani e Ana Beatriz Cerisara.

O estudo de Kude (2004)<sup>71</sup>, por outro lado, não teve como objetivo avaliar a qualidade da EI diretamente, mas identificar critérios para as mudanças que se mostram mais urgentes no Brasil, apresentando sugestões práticas para sua implementação. A autora realizou um estudo qualitativo sobre a forma como é desenvolvida a Educação Infantil no Brasil e nos Estados Unidos, comparando as características das creches em ambos os países. Para este fim, coletou observações, comparações e descrições das experiências de vida das crianças e de pessoas adultas.

Alguns indicadores de 'qualidade' subsidiaram a pesquisa, a saber: espaço físico; instalações amplas, ensolaradas, confortáveis; pátio com equipamentos seguros e adequados ao estágio de desenvolvimento psicomotor das crianças; equipe de professores(as) altamente qualificada por meio de cursos de Educação Infantil, preferencialmente de nível superior; atividades divertidas, prazerosas, variadas, estimulantes, que visam primordialmente à ampliação dos horizontes infantis em vez da facilitação do serviço da creche no lar e a manutenção da rotina; existência de prateleiras baixas, ao longo das paredes, com brinquedos, livros, jogos, lápis, papel etc., tudo ao alcance e à disposição da criança; razão adulto/criança inferior a 1/15.

As recomendações para uma Educação Infantil de qualidade, evidenciadas a partir das observações realizadas nas duas creches, incluem permitir que a criança brinque ao ar livre, privilegiar a música como ritmo para a aprendizagem (em vez de automatização e mecanização) e empregar uma linguagem correta na interação com

---

<sup>71</sup> *Qualidade do Atendimento na Educação Infantil: um estudo em duas culturas*. 2004

a criança. Os principais referenciais teóricos apresentados são Fúlvia Rosemberg, Maria Malta Campos, Lenira Haddad, Christine Pascal e Anthony Bertram.

Outro trabalho mapeado é a proposta de pesquisa qualitativa de Bhering e Sganderla (2004)<sup>72</sup>, cujo objetivo não foi avaliar a qualidade de instituições de EI, mas recomendar como instrumento para a construção da 'qualidade' a Escala de Interação Professor/Criança, que pretende medir os tipos e maneiras de interações que o professor desenvolve com as crianças durante as atividades de brincadeira livre ocorridas em sala. O foco está nos comportamentos que o professor apresenta a partir de três aspectos distintos: quantidade (quantas vezes o professor demonstrou cada um dos comportamentos); qualidade (no comportamento expresso pelo professor); e adequação (relacionado à dimensão cognitiva das interações).

A escala demonstra o valor da interação, seja ela física, verbal ou afetiva, e compreende 11 comportamentos organizados nas seguintes categorias: envolvimento físico; envolvimento verbal: nível de reação do professor para a criança; interação através do brincar; ensino; controle sobre as atividades das crianças; diretrizes de números de demandas e comandos verbais físicos; relação de atividades nas quais o professor está envolvido com as crianças; afirmativas positivas; afirmativas negativas; e estabelecimento de metas. O avaliador deve observar o professor durante 30 minutos antes de preencher o formulário sobre comportamentos e o formulário de escores. Assim, o estudo pretende contribuir para a discussão de metodologias de avaliação dos ambientes de EI e para a utilização desta escala como instrumento de auxílio à instituição de educação, de forma que a prática seja construída e avaliada de maneira processual, formativa e em conjunto. Alguns referenciais utilizados na pesquisa incluem Anna Bondioli, Lev S. Vygotsky e Urie Bronfenbrenner.

O último trabalho classificado neste agrupamento, (CORREA, 2002)<sup>73</sup>, é de natureza qualitativa, desenvolve uma análise e recomenda a gestão democrática e a participação da família na tomada de decisões como fatores propulsores para a construção da 'qualidade' na Educação Infantil. Subsidiada pelos referenciais teóricos Norberto Bobbio, Vitor Paro, Marília Sposito, Miguel A. Zabalza, Jose Gimeno Sacristán e Maria Malta Campos, a autora empreendeu uma pesquisa bibliográfica sobre a temática, realizou observações em pesquisa de campo em uma escola

---

<sup>72</sup> *A escala de interação professor/criança*. 2004

<sup>73</sup> *Gestão democrática e participação familiar no âmbito da educação infantil*. 2002

municipal de EI em São Paulo (SP) e entrevistou as crianças, mães e todos os segmentos profissionais da instituição.

A principal discussão da pesquisa se faz na percepção de que não se trata de implementar políticas participacionistas que envolvam apenas as famílias, mas, antes, de uma ideia democrática mais ampla que compreende a gestão de equipamentos públicos, tais como a escola ou a creche, como algo que deva ser conduzido, necessariamente, pelo público, e não de forma centralizada numa ou outra instância de poder, dentro ou fora da escola. É nesta perspectiva que a recomendação da gestão democrática como estratégia de construção de ‘qualidade’ deve ser pensada e praticada na Educação Infantil.

Quadro 7: Síntese dos trabalhos classificados no agrupamento temático *Recomendações para construção e avaliação da qualidade na EI*

<b>Título do trabalho</b>	<b>Autoras/Autores</b>	<b>Ano</b>	<b>Base de dados</b>	<b>Tipo</b>
Participação e qualidade do cuidado e da educação na creche	Sylvie Rayna	2013	SciELO	Artigo
Estudos em larga escala de educação infantil nos Estados Unidos	Richard M. Clifford	2013	SciELO	Artigo
O uso de escala de avaliação de ambientes na educação infantil	Thelma Harms	2013	SciELO	Artigo
Uma proposta de avaliação alternativa e “autêntica” em educação pré-escolar: o Sistema de Acompanhamento das Crianças (SAC)	Gabriela Portugal	2012	BAMP-FCC	Artigo
Estudo Comparativo das políticas nacionais de formação de professores da educação infantil no Brasil e na Argentina (1990-2010)	Janayna Alves Brejo	2012		Tese
Reuniões de pais na educação infantil: modos de gestão	Heloisa Helena Genovesse de Oliveira Garcia; Lino de Macedo	2011	SciELO	Artigo
Educação Infantil em creches: uma experiência com a escala	Karla Aparecida Zucoloto	2011	BDTD	Tese

<b>Título do trabalho</b>	<b>Autoras/Autores</b>	<b>Ano</b>	<b>Base de dados</b>	<b>Tipo</b>
Análise da utilização de uma escala de avaliação da qualidade de creches	Juliana Bezzon da Silva, Tatiana Noronha de Souza	2011	BAMP-FCC	Artigo
Em busca da qualidade educacional na pré-escola: uma experiência mexicana.	Robert Myers	2011	BAMP-FCC	Artigo
Desafios atuais da educação infantil e da qualificação de seus profissionais: onde o discurso e a prática se encontram?	Ana Paula Soares Silva, Maria Clotilde Rosseti-Ferreira	2010	Anped	Artigo
Qualidade do atendimento de creches: análise de uma escala de avaliação	Scheila Machado da Silveira	2009	BDTD	Dissertação
Retratando uma creche: um encontro de olhares e dizeres revelando sentidos para uma Educação Infantil de qualidade	Mariana Aguiar Jabur	2007	BDTD	Dissertação
A gestão democrática como referencial de qualidade na educação infantil para crianças de quatro a seis anos	Bianca Cristina Correa	2006	Anped	Artigo
Consulta sobre qualidade da educação infantil	Maria Malta Campos, Rita de Cássia Coelho, Silvia H Vieira Cruz	2006	BAMP-FCC	Relatório de Pesquisa
Qualidade do Atendimento na Educação Infantil: um estudo em duas culturas	Vera Maria Moreira Kude	2004	Periódicos da CAPES	Artigo
A escala de interação professor/criança	Eliana Bhering, Ana Paola Sganderla	2004	Periódicos da CAPES	Artigo
Gestão democrática e participação familiar no âmbito da educação infantil	Bianca Cristina Correa	2002	Anped	Artigo
Promoção da qualidade e avaliação na educação infantil: uma experiência	Maria Clotilde Rosseti-Ferreira	1998	BAMP-FCC	Artigo

Fonte: Dados elaborados pela pesquisadora

O *Quadro 7* acima traz as informações pontuais sobre os trabalhos classificados no quarto agrupamento. Todos expõem recomendações, a partir de pesquisas qualitativas e quantitativas, sobre como a 'qualidade' na EI deve ser pensada e construída. São apresentados instrumentos de avaliação, estratégias para se construir 'qualidade' a partir da 'qualidade', estudos comparativos que evidenciam aspectos a serem superados na realidade brasileira, além de pesquisas de maior abrangência (âmbito nacional), que demonstram a necessidade de se construir 'qualidade' a partir das peculiaridades do contexto brasileiro.

O Capítulo 4 abaixo apresenta e discute as principais concepções que permeiam os trabalhos apresentados nos quatro agrupamentos temáticos.

## **CAPÍTULO IV. Discussão sobre os principais aspectos da qualidade nos agrupamentos temáticos**

Este capítulo discute as principais concepções que se apresentam no interior dos trabalhos elencados na etapa anterior. Algumas escolhas foram feitas no processo de elaboração do texto, considerando principalmente a dificuldade em identificar as concepções apresentadas. As discussões presentes nos estudos mapeados correspondem às principais abordagens que estão construindo o debate da ‘avaliação’ da ‘qualidade’ na EI. A intenção não é excluir outros autores que também discutem ‘qualidade’ na EI, mas atender ao objetivo inicial de identificar diferentes abordagens teóricas e metodológicas sobre a temática naquilo que foi produzido no Brasil entre 1993 e 2013.

### **4.1. Participação como qualidade**

Os referenciais selecionados para esta etapa são considerados principais referências da discussão sobre ‘qualidade’ na Educação Infantil.

Iniciamos com Anna Bondioli, que discute a concepção de ‘qualidade’ e de ‘avaliação da qualidade’ na educação para a primeira infância a partir de sua experiência na Itália. A autora apresenta uma perspectiva de ‘avaliação da qualidade’ que compreende como esta deve ser direcionada na creche, mas podemos considerá-la também para a pré-escola e, conseqüentemente, para a EI.

A exigência de introduzir formas de avaliação periódica da creche tem, por sua vez, duas motivações diferentes: por um lado, a motivação de tornar o mais “transparente” possível a própria creche, fornecendo aos potenciais usuários a possibilidade de escolhas conscientes; por outro lado, a motivação de fornecer às creches indicações, mostrar percursos possíveis com vistas a uma melhoria da qualidade (BONDIOLLI, 2004, p.141).

Há uma reflexão proposta por Bondioli (2004) que discute a finalidade para a qual a avaliação da ‘qualidade’ na EI deve ser direcionada. Segundo a autora, é preciso pensar em formar critérios compartilhados para construir a ‘qualidade’. Portanto, a avaliação não deve apenas apresentar a mensuração da ‘qualidade’ em uma creche, informando se a instituição tem mais ou menos ‘qualidade’ em relação a

outra, mas deve revelar e tornar explícitos os critérios compartilhados que podem subsidiar os processos de melhoria da instituição ou do sistema de Educação Infantil local. Esta perspectiva vai de encontro à concepção presente em diversos trabalhos analisados, que fazem avaliações apenas com a intenção de mensurar a ‘qualidade’ nas instituições, muitas vezes sem apresentar alternativas para mudá-la/melhorá-la.

[...] avaliar é uma prática que pode ser empreendida com uma pluralidade de objetivos e, mais uma vez, iniciar um processo de avaliação implica uma clareza sobre esses objetivos que deve ser alcançada pela cooperação de todos os atores sociais que nele podem estar envolvidos. Pode-se avaliar para realizar um ato de autoridade e reafirmar uma posição de poder; pode-se avaliar para demonstrar a própria superioridade e excelência; pode-se avaliar para tomar decisões sensatas; pode-se avaliar para refletir sobre o que foi realizado com a finalidade de formular hipóteses de melhorias (BONDIOLLI, 2004, p.141).

Talvez a compreensão mais imprescindível para a aplicação de uma ‘avaliação’ seja a de que o ato de ‘avaliar’ não é uma ação neutra, é antes de tudo uma ação política, pois vislumbra uma organização a partir de um discurso. Ademais, não é neutra porque é permeada de valores sobre o que se considera ‘bom’ ou ‘ruim’ para uma educação, ou, nas palavras de Bondioli (2004, p.15), “como uma realidade se apresenta em um dado momento e como se gostaria que fosse”.

As escalas de avaliação são formadas por uma explicitação de ideias de ‘qualidade’, e é justamente a partir desta premissa que há uma constante valoração da construção de ‘qualidade’ por compartilhamento, uma vez que produzi-la a partir de uma única ideia não faz sentido dentro de uma rede participativa. Quando a avaliação não contribui para um processo de repensar e reorganizar, ela perde seu valor e se torna apenas uma atividade burocrática, deixando de ser uma ação suscetível à renovação.

Considerando a avaliação da ‘qualidade’ na EI como um processo compartilhado, Bondioli (2013, p.25) discute o conceito na perspectiva da participação. A premissa central na concepção da autora é o questionamento de “quais vozes devem falar e ser ouvidas, e por quê?”. Tal construção tem se desenvolvido na Itália desde os anos 1970 a partir da ideia de que as famílias têm o direito de participar da vida escolar de seus filhos, e que os pais devem ter um papel ativo e propositivo. Compreendendo a concepção de ‘qualidade’ como o resultado de valores, pontos de

vista e contexto, este conceito deve ser elaborado por meio de processos de integração e participação.

A qualidade e a excelência exigem o envolvimento, o compartilhamento, a cooperação, e exigem, na sua origem – trata-se de um ponto importante -, que as metas e os objetivos pelos quais se trabalham juntos sejam definidos conjuntamente. Dito em outros termos, a qualidade deve ser negociada; não há qualidade sem negociação (BONDIOLI, 2013, p.33).

A avaliação também assume papel imprescindível na ‘negociação’ citada acima, já que contribui para a elaboração de objetivos compartilhados. Os processos de melhoramento e identidade de uma instituição precisam refletir sobre que criança se pretende formar, uma vez que esta concepção envolve principalmente a participação da criança como sujeito da Educação Infantil, ou seja, não constrói uma educação para ela, sem ela, mas com ela. O ato de avaliar, portanto, não pode ser uma adequação a padrões definidos, ou a imposições.

[...] mas é fruto de uma consciência compartilhada acerca das direções a seguir e das escolhas a fazer – o que torna possíveis ações sinérgicas entre todos aqueles para os quais a qualidade é uma “aposta” -, para buscar obtê-la é essencial a proposição de “momentos reflexivos” nos quais, de maneira o mais consensual possível, não somente se verifique o que foi realizado, mas também se reflita sobre a própria ideia de qualidade [...] (BONDIOLI, 2013, p.35).

O que torna o processo de construção da ‘qualidade’ mais participativo é justamente o contrário do que normalmente se espera de qualquer avaliação, que é chegar a uma verdade. Nesta perspectiva, o que deve se esperar de uma avaliação é a construção de um sentido contextualizado que seja claro para todos os que participam da EI e que compartilham do direito da criança a uma educação de qualidade. Portanto, para a construção da ‘qualidade’, a ‘participação’ é um fim e um meio.

A perspectiva da ‘participação’ está presente em diversos trabalhos analisados, com especial ênfase na participação dos pais. O que propomos diante desta análise é pensar como a ‘qualidade’ na EI tem sido constituída e construída sem que haja participação da criança. Se a criança é o sujeito principal deste processo, não deveria ser o principal sujeito da construção da ‘qualidade’?

## 4.2. Construção de significado da qualidade

Outra proposta que permeia a constituição teórica dos trabalhos analisados refere-se aos estudos de Peter Moss, Gunilla Dahlberg e Alan Pence. Baseado na perspectiva da construção de significado da ‘qualidade’ na EI, este direcionamento compreende uma contextualização do que seria a construção do conceito da ‘qualidade’.

Existe um processo de problematização no campo da primeira infância, que teve início na Europa, principalmente a partir de 1990, sobre a construção de indicadores de ‘qualidade’ para a EI. De maneira geral, existem considerações agrupadas na discussão da temática que podem ser apresentadas por meio de três apontamentos:

- “identificado a importância do *processo* de definir qualidade – quem está envolvido e como isso é feito – e questionado como esse processo operou no passado, declarando que ele foi dominado por um grupo pequeno de especialistas, excluindo uma ampla série de outros interessados nas instituições dedicadas à primeira infância;
- entendido que a qualidade é um conceito *subjetivo, baseado em valores, relativo e dinâmico*, com possibilidade de *perspectivas múltiplas* ou de entendimentos do que seja qualidade;
- defendido que o trabalho com qualidade precisa ser *contextualizado*, espacial e temporalmente, e deve reconhecer a diversidade cultural e as outras formas importantes de *diversidade* (DAHLBERG ;MOSS; PENCE, 2003, p.15, grifos dos autores).

A educação para a primeira infância está inserida na era do ‘discurso de qualidade’, o que torna preciso compreender que esse conceito não é neutro, mas uma construção social que abarca diferentes significados, que por sua vez compõem o ‘discurso da qualidade’. Há na constituição desse discurso a produção de verdades que atravessam a estruturação da educação para a infância. Nesse sentido, o conceito de ‘qualidade’ pode ser constituído a partir das diferentes concepções e produzir definições sobre ‘criança’ e ‘infância’ e, conseqüentemente, sobre qual Educação Infantil é necessário ofertar considerando seu objetivo.

Os regimes discursivos dominantes atuam por meio dos conceitos, das convenções, das classificações e das categorias que usamos para analisar, construir e descrever a realidade; por intermédios deles,

reconhecemos o que é visto como verdadeiro ou falso, normal ou anormal, certo ou errado. Por exemplo, os conceitos e categorias que usamos para falar sobre a criança, como o desenvolvimento da criança e os estágios do desenvolvimento, tornam-se eles próprios produtivos a partir da maneira como construímos ou entendemos a criança (DAHLBERG; MOSS; PENCE, 2003, p.46).

A concepção de Dahlberg, Moss e Pence (2003, p. 143) trabalha com a 'qualidade' em uma dimensão de construção, considerando-a um conceito subjetivo com inúmeras possibilidades de entendimento. Assim, os autores se propõem a compreender a 'qualidade' partindo da perspectiva que chamam de *construção de significado*.

No campo da primeira infância, o discurso da construção de significado refere-se, antes de tudo, à construção e ao aprofundamento do *entendimento* da instituição dedicada à primeira infância e a seus projetos, em particular o trabalho pedagógico – para construir significado a partir do que está acontecendo.

A educação para a primeira infância é transpassada por pessoas, instituições e políticas que implicam diretamente as concepções sobre o que se pensa 'ser criança' e 'ter infância', de maneira a conduzir a educação em determinada direção. Dentro de uma perspectiva pós-moderna, que implica compreender a criança como rica em potencial, existe uma concepção que não considera mais a existência de um conhecimento universal e imutável, muito menos assumir uma posição de transmissor de conhecimentos prontos.

Considerando que há um discurso de 'qualidade' e que os autores apresentam a proposta de *construção de significado*, é interessante destacar a diferença entre essas propostas, já que cada uma oferece um sentido para a instituição de educação para a primeira infância.

Por isso, o discurso da construção de significado não somente adota uma perspectiva construcionista social, como também está relacionado a um entendimento da aprendizagem (discutido no Capítulo 3) como um processo de co-construção, através do qual, no relacionamento com os outros, extraímos significado do mundo. Ele assume que cada pessoa co-constrói seu próprio entendimento do que está acontecendo. Em contraste a isso, o discurso da qualidade está relacionado a um entendimento da aprendizagem como reprodutora de um corpo de conhecimento predeterminado, com o técnico especializado atuando como o transmissor desse conhecimento. Em suma, os dois discursos podem ser vistos como maneiras diferentes

de se saber o que está acontecendo nas instituições dedicadas à primeira infância (DAHLBERG; MOSS; PENCE, 2003, p.144).

A partir da concepção de 'qualidade' apresentada pelo processo de construção de significados, os autores que trabalham na perspectiva pós-moderna elaboram a 'qualidade' na EI pela ideia da incerteza, da complexidade, da diversidade, da não linearidade, da subjetividade, considerando uma construção no interior de perspectivas múltiplas e de especificidades temporais e espaciais. "Sob uma perspectiva pós-moderna, não há conhecimento absoluto, não há realidade absoluta esperando lá fora para ser descoberta." (DAHLBERG; MOSS; PENCE, 2003, p.37).

Diante disso, para definir o significado de 'qualidade' na educação para a primeira infância, a metodologia da "documentação pedagógica<sup>74</sup>" tem sido compartilhada. Considerando este instrumento, a abordagem que se faz na instituição é a da possibilidade de se construir uma prática pedagógica reflexiva e democrática, um discurso fundamental na construção de 'significado'.

Consequentemente, quando documentamos, somos co-construtores das vidas das crianças e incorporamos nossos pensamentos implícitos do que consideramos serem ações valiosas em uma prática pedagógica. A documentação nos diz algo sobre como construímos a criança, assim como nós mesmos como pedagogos (DAHLBERG; MOSS; PENCE, 2003, p.193).

Essa documentação é constituída pelo registro das atividades das crianças e do relacionamento que o educador estabelece com ela. Considera-se esta ferramenta importante porque coopera para uma prática democrática e reflexiva.

[..] porque tem um papel central no discurso da criação de significado. Ao invés de depender de uma medida padronizada de qualidade, a documentação pedagógica nos permite assumir a responsabilidade de criar nossos próprios significados e chegar às nossas próprias avaliações sobre o que está acontecendo, mas sempre no contexto da relação com os outros (MOSS, 2002, p.24).

---

<sup>74</sup> Documentação pedagógica são instrumentos desenvolvidos por pesquisadores de Reggio Emilia, cidade localizada na região norte da Itália, que debatem sobre a educação para a infância. Este instrumento de registro do que as crianças fazem propõe a construção de uma prática democrática e reflexiva. Na temática da 'qualidade' na EI, assume um papel fundamental na construção de significado da 'qualidade' (DAHLBERG, MOSS, PENCE, 2003).

Este instrumento contribui para o processo de construção da ‘qualidade’ porque permite o ‘documentar’, faz o registro e propicia a constante reflexão do grupo sobre o que é ‘qualidade’, o que tem sido feito na instituição e o que as crianças estão fazendo, podendo contribuir significativamente para a experiência da infância. É intrinsecamente relacionado ao sentido de construção de significado, uma vez que, ao registrar, há a dimensão de sentido e a possibilidade da construção acontecer pelo compartilhamento entre os pares na instituição. Há um desafio constante em enfrentar, por meio de um processo dialógico e interativo, os preconceitos, interesses pessoais, suposições não admitidas, distorções e visões limitadas, colaborando para a construção de um significado.

Essa concepção de ‘qualidade’ é fortemente influenciada por Loris Malaguzzi. Os autores Peter Moss, Gunilla Dahlberge e Alan Pence (2003) analisam essa influência e discutem a complexidade do processo de construção de um significado em compartilhamento. Construir significa participar, a participação agrega a reflexão e nessas conexões se constrói um significado. “Precisamos criar novos conceitos, pois os antigos contêm um significado que está relacionado a outra construção” (DAHLBERG; MOSS; PENCE, 2003, p.176).

### **4.3. Escalas de avaliação de ambientes**

É possível identificar uma quantidade significativa de estudos que utilizam as escalas de avaliação de ambientes, seja para avaliar na íntegra as instituições, seja para complementar a metodologia de avaliação ou, ainda, para analisar sua utilização na avaliação de creches e pré-escolas. Os agrupamentos temáticos *Avaliação das políticas de EI* e *Avaliação da qualidade na EI* apresentam, dentro de seus conjuntos de pesquisas, trabalhos que utilizam as duas principais escalas de avaliação de ambientes para creches e pré-escolas, ITERS-R e ECERS-R.

Organizando por faixa etária ambiente educacional avaliado, a escala de avaliação ITERS (Escala de Avaliação de Ambientes para Bebês e Crianças Pequenas, tradução do título Infant/Toddler Environment Rating Scale) teve sua primeira versão publicada em 1990 por Thelma Harms, Debby Cryer e Richard M. Clifford. Em 2003, foi publicada uma nova edição revisada, mantendo a mesma proposta de avaliação, mas apresentado uma definição mais ampla de ‘ambiente’.

A escala ITERS-R é um instrumento de observação que visa a avaliar ambientes educativos para crianças de 0 a 30 meses, por meio de 39 itens subdivididos em sete subescalas: mobiliário e disposição dos materiais; rotinas e cuidados pessoais; linguagem oral e compreensão; atividades; interação; estrutura do programa; e pais e equipes. Os 39 itens que compõem cada subescala são bastante pontuais. A subescala “atividades”, por exemplo, visa a avaliar atividade motora fina, arte, música, dramatização, entre outros. Já a subescala “pais e equipes” avalia as medidas realizadas para envolvimento dos pais, medidas que para atender às necessidades pessoais da equipe, sua supervisão e avaliação, entre outros.

O critério de avaliação da ITERS-R compreende a atribuição de 1 ponto para o item considerado inadequado, ou seja, insuficiente para atender às necessidades básicas de cuidado e desenvolvimento, 3 pontos ao que apresenta o mínimo de atendimento às necessidades básicas, 5 pontos quando as condições de atendimento forem boas, e 7 pontos quando as necessidades básicas de cuidado e desenvolvimento infantil forem excelentes (LIMA, BHERING, 2006). Segundo Ferrari (2003), esse instrumento possibilita o monitoramento da ‘qualidade’ a que se objetiva alcançar. Ademais, avaliações com essa perspectiva têm estimulado a reflexão acerca dos parâmetros de ‘qualidade’ em vários países.

A Escala de Avaliação de Ambientes de Educação Infantil (ECERS-R) teve duas publicações, a primeira em 1980, por Thelma Harms e Richard M. Clifford, e a seguinte em 1998, por Thelma Harms, Debby Cryer e Richard M. Clifford. De modo geral, a segunda edição incluiu novas características de natureza processual e estrutural e amplia a definição de ‘ambiente’ da versão anterior. Constituída por 43 itens distribuídos em sete subescalas correspondentes a espaço e mobiliário, rotinas e cuidados pessoais, linguagem e raciocínio, atividades, interações e estrutura do programa, pais e equipe, sua pontuação segue a mesma dinâmica de atribuição de valores da escala ITERS-R, mas acrescenta entrevistas realizadas por uma educadora responsável por recolher informações de aspectos cuja avaliação é impossível.

A ECERS-R tem sido utilizada com sucesso em diferentes estudos e finalidades para avaliação da ‘qualidade’ na EI. Recomenda-se aplicá-la para recolher dados em larga escala, monitorar e melhorar a qualidade dos serviços prestados em instituições para crianças pequenas (CLIFFORD, 2013). Segundo Harms (2013, p.76), essa ferramenta consegue agrupar indicadores que avaliam as três necessidades básicas

comuns a todas as crianças: “[...] proteção da saúde e segurança, apoio e orientação para desenvolvimento social/emocional e estímulos de linguagem e desenvolvimento cognitivo”.

Dos 43 trabalhos mapeados, 16 trabalhos utilizam as escalas de avaliação de ambientes ITERS-R e ECERS-R, alguns aplicando-as como referência para avaliar as instituições de Educação Infantil. Desses 16 trabalhos, sete adotam a escala ITERS-R (que avalia espaços destinados a crianças de 0 a 30 meses, portanto correspondentes às creches), cinco aplicam a escala ECERS-R (que corresponde à avaliação da pré-escola) e quatro utilizam ambas as escalas simultaneamente. O *Quadro 8* abaixo apresenta o número de trabalhos em relação à utilização das escalas.

Quadro 8: Número de trabalhos que utilizam as escalas ITERS-R e ECERS-R

Total de trabalhos	Utilizam escalas de avaliação	Creches	Pré-escolas	Creches e pré-escolas
43	16	7	5	4

Fonte: Dados da pesquisadora

Existe uma crítica no âmbito da Educação Infantil a respeito de instrumentos que utilizam formulários padronizados, avaliam e apresentam resultados descritivos ou por meio de estatísticas que não consideram contextos ou valores. Entende-se que as avaliações precisam ser realizadas na perspectiva de um processo construído, contextualizado e constituído de valores, pois é isso que caracteriza a educação como um processo político. Utilizar tais instrumentos apenas com objetivo de mensurar a ‘qualidade’ é uma maneira de construí-la sob um único aspecto. Há ainda uma preocupação em relação à avaliação da ‘qualidade’ na EI à medida que se toma conhecimento da crescente importância do desenvolvimento nos primeiros anos de vida, que pode apresentar consequências educacionais e sociais (HARMS, 2013).

Outra perspectiva vinculada às escalas de avaliação é a concepção de “arranjo espacial”, um conceito da Psicologia Ambiental e da Psicologia do Desenvolvimento, que trabalha com a organização espacial enquanto elemento de aprendizagem que visa ao desenvolvimento infantil. O termo “arranjo espacial” é utilizado para descrever como a disposição dos móveis no espaço de EI pode favorecer ou dificultar a aprendizagem e o desenvolvimento da criança.

Todo modo de organizar um espaço está permeado de significações pessoais daqueles que o organizam. A Psicologia Ambiental, segundo Campos-de-Carvalho e Souza (2008), evidencia uma relação bidirecional entre pessoa e ambiente, priorizando nessa relação os aspectos físicos amplos do ambiente, como conforto, barulho, arranjo espacial, entre outros, : “[...] aspectos físicos ambientais, tanto quanto aspectos sociais, influenciam o desenvolvimento humano, pois os processos de desenvolvimento ocorrem através e nas interações entre a pessoa e seu ambiente [...]” (CAMPOS-DE-CARVALHO, SOUZA, 2008, p.26). Há, portanto, uma justificativa para considerar o ambiente enquanto indicador de ‘qualidade’.

Por exemplo, bebês e crianças pequenas respondem mais prontamente a referenciais físicos do ambiente – texturas, cores, vibrações, formas, barreiras, sons, vozes, presença de marcos físicos, etc.- para se orientarem no espaço, para compreenderem o que é socialmente apropriado em diferentes espaços e para determinarem que lugares são seguros ou não. O desenvolvimento de bebês e crianças pequenas é otimizado quando todo o espaço físico – forma e volume da sala, chão, teto, paredes e superfícies horizontais e verticais – é planejado para dar suporte às suas necessidades desenvolvimentais e às suas atividades, bem como às dos adultos que o educam e deles cuidam (CAMPOS-DE-CARVALHO, SOUZA 2008, p.28).

Trabalhar com a perspectiva da Psicologia Ambiental em conjunto com a Psicologia do Desenvolvimento é um dos principais direcionamentos apresentados pelas pesquisas que utilizam escalas de avaliação, isso porque consideram que um ambiente bem organizado produz ‘qualidade’ e, conseqüentemente, contribui para o desenvolvimento infantil.

A influência da Psicologia na Educação Infantil é associada à aplicação do ‘discurso da qualidade’ no âmbito da primeira infância. Esses dois conhecimentos são “regimes discursivos dominantes” que ainda continuam a dominar o entendimento das pessoas que participam da educação para a primeira infância, bem como das instituições educacionais. Segundo Dahlberg, Moss e Pence (2003), esses “regimes discursivos dominantes” muitas vezes atribuem valores que separam a criança e a instituição de sua experiência de vida concreta. É nesse sentido que as avaliações de ‘qualidade’ na EI devem ser contextualizadas, em diálogo com a equipe sobre a intenção dessa avaliação, para que não ocorra de forma descontextualizada.

O subitem 4.4 discute as pesquisas que atribuem à 'qualidade' a responsabilidade de um impacto positivo para as crianças que passam a frequentar o ensino fundamental.

#### **4.4. A qualidade na EI como fator positivo para o ensino fundamental**

O impacto positivo que a Educação Infantil de qualidade pode propiciar à criança que começa a frequentar o ensino fundamental é um dos temas discutidos nos trabalhos analisados. Os estudos que abordam essa temática avaliaram instituições de EI pela aplicação das escalas ITERS-R e ECERS-R, cujos resultados constatarem que existe diferença de aproveitamento das séries iniciais entre as crianças que frequentaram instituições de EI de qualidade e aquelas advindas de instituições de qualidade inferior.

Há uma abordagem que considera o período da infância como propício para investimento educacional de qualidade, visto que essa etapa pode acarretar profundas consequências ao longo da vida. Um dos principais expoentes dessa premissa é o economista estadunidense James Heckman, que parte da teoria do capital humano e enfatiza a importância do investimento na infância. Para Heckman (2010, p.1), toda aprendizagem tem início na primeira infância, e é essa aprendizagem inicial que poderá viabilizar as aprendizagens subsequentes.

Sucessos ou insucessos neste estágio constroem os alicerces para sucessos ou insucessos na escola, que por sua vez levam a sucessos ou insucessos na aprendizagem pós-escolar. Estudos recentes sobre investimento na primeira infância mostram resultados notáveis e indicam que os primeiros anos são importantes para a aprendizagem inicial. Ademais, intervenções de alta qualidade na primeira infância têm efeitos duradouros sobre a aprendizagem e motivação. Como sociedade, não podemos nos dar ao luxo de adiar o investimento nas crianças para quando forem adultos, nem podemos aguardar que atinjam a idade escolar, quando poderá ser tarde demais para intervir.

O autor também argumenta que a redução de déficits educacionais na infância fortalece a economia. A falta de investimento em fatores que favoreçam uma instituição de qualidade para a primeira infância pode diminuir os investimentos em outras áreas. Moss (2011) discute a relação da Educação Infantil com o ensino obrigatório a partir das concepções apresentadas por James Heckman, e acrescenta

que no atual momento de competição global, a Educação Infantil se tornou uma das estratégias de sobrevivência nacional.

Os trabalhos que apresentam tais perspectivas consideram o desenvolvimento das crianças na infância como o momento mais propício para investimento, e são subsidiados principalmente pelos estudos que atestam essa eficiência. Quanto ao que pode ser feito em cada fase, Melhuish (2013, p.128) argumenta, a partir de dados internacionais, os seguintes resultados:

[...] para a idade entre 0 e 3 anos, as evidências são variáveis, com alguns estudos indicando os benefícios da creche, alguns indicando efeitos negativos e outros indicando nenhum efeito sequer. Já para as crianças acima de 3 anos, a evidência está muito clara e há benefícios quase universais para as crianças, associadas às várias formas de Educação Infantil em ambientes coletivos (brinquedotecas, creches, pré-escolas, entre outros) utilizados por crianças de 3 anos ou mais. Os benefícios também aumentam quanto maior a qualidade da Educação Infantil (ou seja, quanto melhor as instituições atendem às necessidades do desenvolvimento da criança).

Há uma grande produção de dados que comprovam os efeitos que uma EI de qualidade pode gerar na sociedade. Campos et al (2011) reconhecem que há benefícios para a criança na educação presente e na escolaridade futura quando, além do acesso à EI, existe a oferta de uma educação de qualidade. Construir uma Educação Infantil de qualidade é uma ação que tem se consolidado como investimento econômico. É claro que há uma grande pretensão de melhorar a educação como benefício para a criança, mas antes é uma perspectiva que tem um caráter econômico, ou seja, é um discurso de 'qualidade' construído pela economia.

Diante da caracterização das principais concepções que se movimentam nos trabalhos analisados, elaboramos um quadro-síntese para apresentar de forma pontual a abordagem metodológica utilizada em cada trabalho dentro de cada agrupamento, informando se a pesquisa foi qualitativa e/ou quantitativa, o período de produção e quais foram os principais indicadores apresentados como referência para a construção da 'qualidade' na EI. Quanto aos indicadores, cada agrupamento foi elaborado a partir das similitudes encontradas em relação à avaliação da 'qualidade' na EI. Desta forma, o *agrupamento 1* apresenta como subsídios pesquisas em educação que avaliam a 'qualidade', bem como respaldos legais que atribuem indicadores para que as instituições ofereçam o mínimo de 'qualidade', uma conquista

enquanto direito da criança e dos profissionais que atuam neste campo. A Já o *agrupamento 2* compreende a avaliação da 'qualidade' na perspectiva de que a oferta de 'qualidade' na EI é imprescindível para o sucesso escolar nas séries subsequentes, realizando avaliações de longo prazo que evidenciam o diferencial proporcionado pela 'qualidade' na etapa inicial. 3, por sua vez, avalia a 'qualidade' considerando principalmente a organização do ambiente escolar e a participação dos profissionais que atuam na educação (professores e psicólogo escolar). Finalmente, o *agrupamento 4* faz recomendações quanto aos indicadores mais eficientes para a construção e avaliação da 'qualidade' na EI. São considerados como eficientes a participação da família e a participação dos professores, compreendendo a 'participação' como direcionamento da construção de 'qualidade'. Também são apresentadas as escalas de avaliação de ambientes como instrumentos que podem avaliar e construir a 'qualidade' nas instituições.

Ponderando todas as análises e discussões apresentadas, é interessante salientar que apenas um trabalho deu ênfase à construção da 'qualidade' a partir da participação da criança, que deveria ser a mais relevante das participações, visto que a EI precisa ser construída com a criança. Quando pensamos na participação das crianças consideramos também a participação dos bebês, que de diferentes maneiras podem dar indícios sobre o que gostam ou não nos ambientes de EI, há que se propor estratégias para que a participação seja efetiva, como por exemplo, a participação das famílias, avaliação dos ambientes e a mediação do professor refletindo sobre o que pode oferecer de diferenciado para promover o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças.

Quadro 9: Síntese dos agrupamentos temáticos

<b>Agrupamento temático</b>	<b>Quantidade de trabalhos</b>	<b>Período de produção</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Indicadores</b>
1 - Fundamentos de avaliação da qualidade na EI	5	2001 a 2013	Qualitativa	Pesquisas e legislação que fundamentam a construção da qualidade.
2 - Avaliação das políticas de EI	6	2008 a 2013	4 Qualitativa 2 Quantitativa	Políticas, programas e estruturas que subsidiam qualidade na EI para impacto positivo no ensino fundamental.
3 - Avaliação da qualidade na EI	14	1993 a 2011	5 Qualitativa 5 Quantitativa 4 Quanti/Quali	3 Escala ITERS-R/ECEES-R. 1 Escala da avaliação OMS. 1 Arranjo espacial. 3 Escala ITERS-R. 1 Escala ECERS-R. 1 Avaliação pelo psicólogo escolar. 1 Envolvimento das crianças. 1 Concepção de avaliação das professoras. 1 Empenho do professor.
4 - Recomendações para construção e avaliação da qualidade na EI	18	2002 a 2013	16 Qualitativa 1 Quanti/Quali	1 Participação da família e professores. 2 Escala ECERS-R. 1 Avaliação processual da criança. 2 Formação de professores. 1 Participação da família.

Agrupamento temático	Quantidade de trabalhos	Período de produção	Metodologia	Indicadores
				3 Escala ITERS-R. 1 Instrumentos avaliativos (escalas). 2 Construção compartilhada. 1 Avaliação. 1 Participação da criança. 2 Gestão democrática. 1 Ludicidade. 1 Interação professor/criança.

Fonte: Dados elaborados pela pesquisadora

Todos os trabalhos discutem a ‘qualidade’ na Educação Infantil por meio de avaliação, metodologias e referenciais teóricos diversificados. Há concepções em cada trabalho que envolvem conceitos do que é ‘ser criança’ e ‘ter infância’, de organização da Educação Infantil, do que se espera dela e de políticas de melhoramento da qualidade da educação oferecida. Todas essas perspectivas se organizam de forma a evidenciar como o movimento de construção do sentimento da infância tem produzido saberes e constituído uma educação para as crianças.

Compreender que ‘qualidade’ é uma invenção social evidencia que não há essência na ‘qualidade’, pois trata-se de uma construção conceitual que se movimenta e cria a história da EI. ‘Qualidade’ é um conceito vazio que incorpora os saberes produzidos principalmente pela Psicologia, Medicina, Economia e Pedagogia, implicando diretamente as políticas e práticas da EI. Ao mesmo tempo em que é vazio, o conceito aborda o que é melhor para a educação da criança sob diferentes perspectivas. A partir disso, é preciso compreender que ‘qualidade’ existe enquanto um direito conquistado para as crianças e constitui parâmetros para a Educação Infantil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredito que toda pesquisa começa pelo meio, e hoje consigo perceber este trabalho por esse viés. Há uma enorme ânsia em definir um objetivo, um problema de pesquisa. Quando li os textos de Foucault sobre como o poder atua nas relações e produz discursos, comecei a refletir sobre como a 'qualidade' na Educação Infantil estava sendo construída e se deslocando para uma abordagem diferente da que considero que a infância deve estar inserida, não no sentido de estar engessada, mas no sentido do lugar pelo qual deve se movimentar: a experiência.

Das muitas considerações que consigo visualizar neste trabalho, a que acredito ser a mais urgente é a necessidade de uma Educação Infantil feita com a criança. Os trabalhos demonstram uma preocupação excessiva com a preparação da infância para o ensino fundamental, como se a infância não existisse no presente e fosse apenas um lugar de transição para o futuro, um futuro que, por sinal, deve ser sempre de sucesso. A partir disso, surge o questionamento: há um lugar para as crianças que não alcançam o sucesso escolar?

Considero que a 'qualidade' na Educação Infantil é um direito da criança e deve ser construída sob essa perspectiva. Direito a um espaço que permita o movimento do corpo, que seja seguro, que ofereça experiências que constroem conhecimentos, um espaço com professores qualificados, que forneça uma alimentação saudável e materiais interessantes, enfim, um espaço que valorize a criança enquanto criança.

Não acredito que a Educação Infantil deva ser um lugar de preparação, porque um lugar assim limita as possibilidades de aprendizagem que a criança pode criar, experimentar e participar. A 'qualidade' precisa ser construída numa perspectiva que contemple a participação da equipe da instituição, mas em primeiro lugar e principalmente, construída com a criança. Considerando a EI como um espaço de exercício da infância como experimentação, a 'qualidade' deve ser compreendida enquanto direito da criança (ABRAMOWICZ, 2003).

Resgatando algumas considerações citadas nos capítulos anteriores, construímos esta pesquisa sob o viés da 'qualidade' enquanto invenção social. Essa premissa, subsidiada pela cartografia, não tem a pretensão de pesquisar a partir de problemas dados, mas de construir o problema e objetivo de pesquisa por meio do desenho do campo problemático, na perspectiva de que há uma produção de discurso sobre a 'qualidade' na EI. Várias considerações se formaram ao longo deste processo,

já que a pesquisa cartográfica se propõe a investigar um determinado objeto de pesquisa sob a ótica de uma dimensão processual da realidade.

Destacou-se que considerar o conceito de 'qualidade' enquanto invenção social abrange questões sobre quem tem produzido o discurso de 'qualidade' e como isso tem sido realizado. Uma consideração a se apresentar é a de que o movimento da 'qualidade' na EI evidencia que muitos dos sujeitos que compõem esse campo não participam da construção do conceito. O 'discurso da qualidade' é construído muitas vezes do silêncio das crianças, dos pais e dos professores.

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos (FOUCAULT, 1988, p.30).

Se há uma conquista de direito a uma EI de qualidade, esse direito deve ser exercido pela participação da criança no presente, enquanto infância, e esse deve ser o principal direcionamento na construção da 'qualidade'. Segundo Savio (2013, p.244), construir com a participação da criança é uma concepção “[...] que implica uma ideia de infância competente, capaz de formar opiniões próprias e de exprimi-las em uma relação autenticamente interlocutória com o mundo adulto”.

Outra discussão a ser levantada diz respeito à avaliação da 'qualidade' na EI, em que é importante considerar a assertiva oferecida por Moss (2011) sobre qual deve ser a proposta de uma avaliação. O autor apresenta uma abordagem sob a perspectiva de que a avaliação não pode incorporar um modelo que signifique “qualidade é um exemplo daquilo que tem sido chamado de tecnologia de distância” (MOSS, 2002, p.23). Isso ocorre porque há uma demanda para que 'qualidade' seja um conceito que possa ser aplicado em qualquer lugar, quando na verdade é preciso considerar o contexto de aplicação e as interpretações subjetivas, que são o que constitui a 'qualidade'. A avaliação precisa, portanto, ser contextualizada.

Pode-se concluir que a avaliação é uma atividade política a partir da discussão instaurada por Rosemberg (2013, p.70) sobre a necessidade de trazer a avaliação para a Educação Infantil. Respeitando as crianças e a própria proposta da EI, ela argumenta que pesquisas do tipo avaliativas têm caráter político, “As funções de

pesquisas avaliativas podem ser múltiplas, inclusive e sobretudo a de informadores sociais mais diretamente implicados no usufruto de creches e pré-escolas”.

O objetivo desta pesquisa foi o de identificar as diferentes abordagens teóricas e metodológicas daquilo que foi produzido no Brasil entre 1993 e 2013, no âmbito do campo teórico da qualidade na EI’. A partir dessa definição, realizou-se uma busca em cinco bases de dados (SciELO, anais da Anped, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD, Biblioteca Ana Maria Poppovic - BAMP da Fundação Carlos Chagas - FCC e Periódicos da CAPES), nas quais 43 trabalhos foram selecionados através dos descritores “avaliação”, “qualidade” e “educação infantil”. Após a leitura dos textos, foram definidos quatro agrupamentos temáticos para análise e organização dos trabalhos, a saber: *Fundamentos de avaliação da qualidade na EI*, *Avaliação das políticas de EI*, *Avaliação da qualidade na EI* e *Recomendações para construção e avaliação da qualidade na EI*.

A proposta metodológica desta pesquisa foi subsidiada pela cartografia, o que permitiu compor a ideia da ‘qualidade’ enquanto construção social, sob a ótica de ser um conceito que se constrói enquanto atividade política no sentido mais primordial do termo, ou seja, que organiza e direciona uma instituição (neste caso, como atividade que organiza a Educação Infantil). Apresentamos também como a ‘qualidade’ foi se incorporando à EI e de que modo o conceito se apresentou em diferentes aspectos e em diferentes contextos históricos e políticos, sem que houvesse uma ruptura definitiva entre um momento e outro.

Antes de refletir sobre quais indicadores de ‘qualidade’ estão sendo produzidos, é preciso questionar para quem eles são direcionados. Outra questão que vem à tona refere-se a classificações, comparações e níveis que resultam de avaliações. A construção desses conceitos na Educação Infantil tem se mostrado necessária diante do grande investimento em políticas de escolarização precoce para crianças. Os temas “avaliação” e “qualidade” são, entre outros, objetos centrais dos documentos oficiais produzidos pelo MEC. O mapeamento das produções evidencia uma focalização do tema “qualidade” sob a perspectiva principalmente de duas áreas do conhecimento, a Economia e a Psicologia, discutindo respectivamente a ‘qualidade’ como uma preparação para o ensino fundamental e na utilização de escalas de avaliação de ambientes. Considerando o objetivo desta pesquisa e dialogando com as principais mudanças no âmbito da Educação Infantil e com os trabalhos mapeados, é possível destacar a ‘qualidade’ a partir de quatro tendências, as duas primeiras

foram discutidas a partir do que já foi produzido na construção da história da Educação Infantil, são elas: a assistencialista e a de financiamento a baixo custo. As outras duas tendências foram evidenciadas a partir da análise dos trabalhos mapeados, são elas: a que a considera como direito da criança (portanto no âmbito legal), e a que reconhece o investimento na EI como preparação para o sucesso na vida escolar e desenvolvimento econômico da sociedade.

Caminhando para considerações de continuidade de pesquisas, ou mesmo para contribuir para a construção da 'qualidade' na EI, apresentamos dois apontamentos considerados relevantes. O primeiro é compreender que a avaliação deve ser contextualizada e utilizada com o objetivo de melhorar a Educação Infantil, e que deve ser explorada com o intuito de desenvolver instrumentos de avaliação que respondam às especificidades brasileiras. O segundo apontamento diz respeito à participação das crianças na construção da 'qualidade' como um indicador para sua construção. Sobre esse apontamento, Mayall<sup>75</sup> apud Dahlberg, Moss e Pence (2003, p.63) observam: "A vida da criança é vivida através de infâncias construídas para elas, a partir das compreensões dos adultos sobre a infância e sobre o que as crianças são e devem ser".

---

<sup>75</sup> MAYALL, B. *Children, health and the social order*. Buckingham: Open University-Press, 1996.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWICZ, A. O direito das crianças à educação infantil. *Pro-Posições*, Campinas, v.14, n.3, p.13-24, set/dez. 2003.

ABRAMOWICZ, A.; RODRIGUES, T. C. Descolonizando as pesquisas com crianças em três obstáculos. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.35, n.127, p.461-474, abr/jun. 2014.

ABRAMOWICZ, A.; RODRIGUES, T.; MORUZZI, A. B. O plano nacional de educação e normatização da infância. In: FARIA, A. L. G. F.; AQUINO, L. M. L. *Educação infantil e PNE: questões e tensões para o século XXI*. Campinas: Autores Associados, 2012. p. 83-102.

ARIÈS. P. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro. LTC, 2011.

BARROS, L.M.R.; BARROS, M. E. B. O problema da análise em pesquisa cartográfica. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v.25, n.2, p.375-390, Maio/Ago, 2013.

BARROS, L. P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. *Pistas do método cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2010. p.52-75.

BHERING, E. Creche como contexto de desenvolvimento: um estudo sobre o ambiente de creches em um município de SC. In: *Reunião Anual da Anped*, 29<sup>a</sup>, 2006, Caxambu. Disponível em: <<http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT07-2670--Int.pdf>>. Acesso em: jan. 2015.

BHERING, E.; SGANDERLA, A. P. A escala de interação professor/criança. *Paidéia, Ribeirão Preto*, vol.14, n.29, p. 381-386, set/dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n29/13.pdf>>. Acesso em: jan. 2015.

BONDIOLI, A. Avaliação e credenciamento. In:\_\_\_\_\_. (Org). *O projeto pedagógico da creche e sua avaliação*. Campinas: Autores Associados, 2004. p.139-158.

BONDIOLI, A. Construir compartilhando a qualidade: a contribuição das partes interessadas. In: BONDIOLI, A.; SAVIO, D (Orgs). *Participação e qualidade em*

*educação da infância: percursos de compartilhamento reflexivo em contextos educacionais*. Curitiba: UFPR, 2013. p.25-49.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica (SEB). *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília. 2010

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica (SEB). *Indicadores de Qualidade na Educação Infantil*. Brasília. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica (SEB). *Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil*. Brasília. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica (SEB). *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil*. Brasília. vol. I. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica (SEB). *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil*. Brasília. vol. II. 2006.

BREJO, J. A. *Estudo comparativo das políticas nacionais de formação de professores da educação infantil no Brasil e na Argentina (1990-2010)*. 2012. 276 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2012.

CAMPOS, M. M. Entre as políticas de qualidade e a qualidade das práticas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, vol.43, n.148, p. 22-43, jan/abr. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v43n148/03.pdf>>. Acesso em: jan. 2015.

CAMPOS, M. M. et al. A qualidade da educação infantil: um estudo em seis capitais Brasileiras. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, vol.41, n.142, p. 20-54, jan/abr. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n142/v41n142a03.pdf>>. Acesso em: jan. 2015.

CAMPOS, M. M. et al. A contribuição da educação infantil de qualidade e seus impactos no início do ensino fundamental. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, vol.37, n.1, p.15-33, jan/abr. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v37n1/v37n1a02.pdf>>. Acesso em: jan. 2015.

CAMPOS, M. M. et al. Educação infantil no Brasil: Avaliação quantitativa e qualitativa-Relatório Final. FCC/BID/MEC. 2010. 423 p. Disponível

em:<[http://www.fcc.org.br/pesquisa/eixostematicos/educacaoinfantil/pdf/relatorio\\_final.pdf](http://www.fcc.org.br/pesquisa/eixostematicos/educacaoinfantil/pdf/relatorio_final.pdf)>. Acesso em: jan. 2015.

CAMPOS, M. M.; COELHO, R. C.; CRUZ, S. H. V. Consulta sobre qualidade da educação infantil: relatório técnico final. FCC/DPE. 2006. 50 p. Disponível em: <[http://www.fcc.org.br/biblioteca/publicacoes/textos\\_fcc/arquivos/1337/arquivoAnexoado.pdf](http://www.fcc.org.br/biblioteca/publicacoes/textos_fcc/arquivos/1337/arquivoAnexoado.pdf)>. Acesso em: jan. 2015.

CAMPOS, M. M.; FULLGRAF, J.; WIGGERS, V. A qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, vol.36, n.127, p. 87-128, jan/abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n127/a0536127.pdf>>. Acesso em: jan. 2015.

CAMPOS, M. M. Entre as políticas de qualidade e a qualidade das práticas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.43, n.148, p.22-43, jan./abr., 2013. Acesso em: jan. 2015.

CAMPOS, R. As indicações dos organismos internacionais para as políticas nacionais de educação infantil: do direito à focalização. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.39, n.1, p.195-209, jan./mar. 2013. Acesso em: jan. 2015.

CAMPOS-DE-CARVALHO, M.; SOUZA, T. N. Psicologia ambiental, Psicologia do Desenvolvimento e Educação Infantil: integração possível?. *Paidéia*, Ribeirão Preto, vol.18, n.39, p. 25-40. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v18n39/v18n39a04.pdf>>. Acesso em: jan. 2015.

CARVALHO, A. M.; PEREIRA, A.S. Qualidade em ambientes de um programa de educação infantil pública. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, vol.24, n.3, p. 269-277. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v24n3/v24n3a02.pdf>>. Acesso em: jan. 2015.

CÉSAR, J.; SILVA, F. H.; BICALHO, G. O lugar do quantitativo na pesquisa cartográfica. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v.25, n.2, p.357-372, maio/ago. 2013.

CLIFFORD, R. M. Estudos em larga escala de educação infantil nos Estados Unidos. Tradução de Akemi Kamimura. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, vol.43, n.148, p. 98-123, jan/abr. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v43n148/06.pdf>>. Acesso em: jan. 2015.

CORREA, B. C. A gestão democrática como referencial de qualidade na educação infantil para crianças de quatro a seis anos. In: *Reunião Anual da Anped*, 29<sup>a</sup>, 2006, Caxambu. Disponível em: <<http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT07-2163--Int.pdf>>. Acesso em: dez. 2015.

CORREA, B. C. Considerações sobre qualidade na educação infantil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.119, p. 85-112, jul. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a05.pdf>>.

CORREA, B. C. Gestão democrática e participação familiar no âmbito da educação infantil. In: *25ª Reunião Anual da Anped*, 2002, Caxambu. Disponível em GT 07: <<http://25reuniao.anped.org.br/texced25.htm#gt7>>. Acesso em: jan. 2015.

CORRÊA, M. T. O. *Avaliação e a qualidade da educação infantil: uma análise dos processos avaliativos desenvolvidos na creche e na pré-escola*. 2007. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

CORREIA, R. M. C. M. M. *Contextos formais de educação e desenvolvimento da criança* – contributos para a educação pré-escolar. 1993. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, 1993. Disponível em: <[http://run.unl.pt/bitstream/10362/290/1/correia\\_1993.pdf](http://run.unl.pt/bitstream/10362/290/1/correia_1993.pdf)>. Acesso em: jan. 2015.

DAHLBERG, G; MOSS, P; PENCE, A. *Qualidade na Educação da Primeira Infância*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs- capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: 34, 2000. Vol. 1.

DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FERRARI, M. Um percurso de formação em Pistóia: avaliar para crescer em consciência. In: BECCHI, E; BONDIOLI, A. (Orgs). *Avaliando a pré-escola: uma trajetória de formação de professoras*. Campinas, Autores Associados, 2003. p.7-35

FIGUEIRÊDO, I. G. *Avaliação da qualidade de creches: estudo em um município de São Paulo*. 2010. 135 f. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento) –

Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010.

FOUCAULT, M. *A história da sexualidade*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GARCIA, H. H. G. O.; MACEDO, L. Reuniões de pais na educação infantil: modos de gestão. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, vol.41, n.142, p. 208-227, já/abr. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n142/v41n142a11.pdf>>. Acesso em: dez. 2015.

HARMS, T. O uso de escalas de avaliação de ambientes na educação infantil. Tradução de Akemi Kamimura. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, vol.43, n.148, p. 76-97, jan/abr. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v43n148/05.pdf>>. Acesso em: jan. 2015.

HECKMAN, J. Investir nos mais jovens. In: Tremblay R.E. et al (ed). *Enciclopédia sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância*. Montreal, Quebec: Centre of Excellence for Early Childhood Development, 2010, 1-2. Disponível em: <http://www.encyclopedia-crianca.com/documents/HeckmanPRTxp.pdf>. Acesso em: jan. 2015.

JABUR, M. A. *Retratando uma creche: um encontro de olhares e dizeres revelando sentidos para uma educação infantil de qualidade*. 2007. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Departamento de Psicologia e Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

KAGAN, S. L. Qualidade na educação infantil: revisão de um estudo Brasileiro e recomendações. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, vol.41, n.142, p. 56-67, jan/abr. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n142/v41n142a04.pdf>>. Acesso em: jan. 2015.

KASTRUP, V.; PASSOS, E. Cartografar é traçar um plano comum. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v.25, n.2, p.263-280, maio/ago, 2013.

KISHIMOTO, T. M. A pré-escola na república. *Pro-posições*, Campinas, nº 3, p.55-66, dez. 1990.

KRAMER, S. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e/é fundamental. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.27, n.26, p.797-818, out. 2006.

KUDE, V. M. M. Qualidade do atendimento na educação infantil: um estudo em duas culturas. *Educação*, Porto Alegre, v.27, n.2, p.319-348, mai/ago. 2004. Disponível em:  
<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/ojs/index.php/faced/article/view/385/282>>. Acesso em: jan. 2015.

KUHLMANN Jr., M. Histórias da educação infantil brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n 14, p.5–18, Mai. /Jun./Jul./Ago. 2000.

LIMA, A. B. R.; BHERING, E. Um estudo sobre creches como ambiente de desenvolvimento. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, vol.36, n.129, p. 573-596, set/dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n129/a0436129.pdf>>. Acesso em: jan. 2015.

LIMA, A. B. R.; BHERING, E. Creche como contexto de desenvolvimento: um estudo sobre o ambiente de creches em um município de SC. In: *Reunião Anual da Anped*, 29ª, 2006, Caxambu. Disponível em:  
<<http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT07-2670--Int.pdf>>. Acesso em: jan. 2015.

MAIMONE, E. H.; TOMAS, D.N. Observação do educador infantil pela escala de empenho do adulto. *Psicologia Escolar e Educacional*, Maringá-PR, vol.9, n.2, p. 269-278, 2005. Disponível em:\<<http://www.scielo.br/pdf/pee/v9n2/v9n2a09.pdf>>. Acesso em: jan. 2015.

MELHUIISH, E. Efeitos de longo prazo da educação infantil: evidências e política. Tradução de Moysés Kuhlmann Jr. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, vol.43, n.148, p. 124-149, jan/abr. 2013. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/cp/v43n148/07.pdf>>. Acesso em: jan. 2015.

MOSS, P. Para além do problema com a qualidade. In: MACHADO, M. L.A. *Encontros e desencontros em educação infantil*. São Paulo: Cortez, 2002. p.17-25.

MOSS, P. Qual o futuro da relação entre educação infantil e ensino obrigatório? *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.41, n.142, p. 143-159, jan./abr. 2011.

MYERS, R. Em busca da qualidade educacional na pré-escola: uma experiência mexicana. Tradução Tina Amado. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.41, n.142, p.100-115, jan/abr. 2011. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/v41n142/v41n142a06.pdf>>. Acesso em: jan. 2015.

NASCIMENTO, M. L. B. P. As políticas públicas de educação infantil e a utilização de sistemas apostilados no cotidiano de creches e pré-escolas públicas. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, vol.17, n.49, p. 59-80, jan/abr. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n49/a03v17n49.pdf>>. Acesso em: dez. 2015.

NUNES, M. F. R.; CORSINO, P.; KRAMER, S. Educação infantil e políticas municipais: um estudo longitudinal. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, vol.43, n.148, p. 152-175, jan/abr. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v43n148/08.pdf> >. Acesso em: dez. 2015.

OLIVEIRA, M. A. et al. Avaliação de ambientes educacionais infantis. *Paidéia*, Ribeirão Preto, vol.13, n.25, p. 41-58, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v13n25/05.pdf>>. Acesso em: jan. 2015.

OLIVEIRA, M. A. M. Qualidade total: autonomia e garantia de sucesso escolar na escola básica?. *Pro-Posições*, Campinas, v.8, n 3, p.119-127, nov. 1997.

OLIVEIRA, F. L. *Justiça em foco: estudos empíricos*. Rio de Janeiro: FGV. 2012.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, La. *Pistas do método cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2010. p.17-31.

PASSOS, E.; KASTRUP, V. Sobre a validação da pesquisa cartográfica. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v.25, n.2, p.391-413, maio/ago. 2013.

ROSSETI-FERREIRA M. C. et al. Promoção da qualidade e avaliação na educação infantil: uma experiência. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo, n.105, p.52-77, nov. 1998. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n105/n105a02.pdf>>. Acesso em: jan. 2015.

PIVA, V. M. *Um estudo utilizando a escala LIS – (Escala Leuven de envolvimento para crianças pequenas)*. 2009. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Mestrado Acadêmico em Educação, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí-SC, 2009.

QVORTRUP, J. Infância e política. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 141, p. 777-792, set/dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n141/v40n141a06.pdf>>.

PORTUGAL, G. Uma proposta de avaliação alternativa e “autêntica” em educação pré-escolar: o Sistema de Acompanhamento das Crianças (SAC). *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v.17, n.41, p.593-610, set/dez. 2012. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/v17n51/v17n51a06.pdf>>. Acesso em: jan. 2015.

RAMOS, C. *Pedagogia da qualidade total*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1994.

RAMPAZZO, W. C. T. Avaliação institucional na educação infantil: um campo de possibilidades. In: *Reunião da Anped*, 31ª, 2008, Caxambu. Disponível em: <<http://31reuniao.anped.org.br/2poster/GT07-4227--Int.pdf>>. Acesso em: dez. 2015.

RAYNA, S.. Participação e qualidade do cuidado e da educação na creche. *Proposições*, Campinas-SP, vol.24, n.3, p. 65-80, set/dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v24n3/05.pdf> >. Acesso em: jan. 2015.

ROLNIK, S. *Cartografia sentimental*. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2007.

ROSEMBERG, F. Avaliação de programas, indicadores e projetos em educação infantil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n.16, p. 19-26, jan/fev/mar/abr. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n16/n16a02.pdf> >. Acesso em: jan. 2015.

ROSEMBERG, F. Criança Pequena e Desigualdade Social no Brasil. Em: FREITAS, M. C. (org.). *Desigualdade Social e Diversidade Cultural na Infância e na Adolescência*. São Paulo: Cortez, 2006, p.49-86.

ROSEMBERG, F. Políticas de educação infantil e avaliação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, vol.43, n.148, p. 44-75, jan/abr. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v43n148/04.pdf>>. Acesso em: jan. 2015.

SAVIO, D. A brincadeira e a participação da criança: um desafio educativo e seus pontos nodais. In: BONDIOLI, A.; SAVIO, D (Orgs). *Participação e qualidade em educação da infância: percursos de compartilhamento reflexivo em contextos educacionais*. Curitiba: UFPR, 2013. p.243-301.

SILVA, A. P. S.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. Desafios atuais da educação infantil e da qualificação de seus profissionais: onde o discurso e a prática se encontram?. In: *Reunião Anual da Anped, 23ª, Caxambu, 200*. Disponível em: <<http://23reuniao.anped.org.br/textos/0707t.PDF>>. Acesso em: jan. 2015.

SILVA, J. B.; SOUZA, T. N. Análise da utilização de uma escala para avaliação da qualidade de creches. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v.22, n.48, p.137-158, jan/abr. 2011. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/eae/v22n48/v22n48a08.pdf>>.

SILVEIRA, S. M. *Qualidade do atendimento de creches: análise e uma escala de avaliação*. 2009. 142 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia e Educação, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.

SOUZA, T. N.; CAMPOS-DE-CARVALHO, M. Qualidade de ambientes de creches: uma escala de avaliação. *Psicologia em Estudo*, Maringá-PR, vol.10, n.1, p. 87-96, jan/abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n1/v10n1a10.pdf>>. Acesso em: jan. 2015.

TAGGART, B. et al. O poder da pré-escola: evidências de um estudo longitudinal na Inglaterra. Tradução Eliana Bhering. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.41, n.142, p.68-99, jan/abr. 2011. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/v41n142/v41n142a05.pdf>>. Acesso em: jan. 2015.

VECTORE, C. Perspectivas para a promoção da qualidade na educação infantil: alguns instrumentos. *Em Aberto*, Brasília, v.23, n.83, 0-57-72, mar. 2010. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1632/1299>>.

ZUCOLOTO, K. A. *Educação infantil em creches – uma experiência com a escala ITERS-R*. 2011.307 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

# APÊNDICES

## Apêndice A

### Roteiro de análise para leitura de conteúdo dos trabalhos

**Título:**

Qual o título da pesquisa?

**Autor/autora:**

Qual o nome do autor/autora?

**Pesquisa empírica ou teórica:**

Considerando *empíricas* as pesquisas que pretendem descrever e compreender a realidade observada; e considerando *teóricas* as pesquisas que se organizam a partir de documentos e referenciais bibliográficos para discutir determinada temática (OLIVEIRA, 2012).

**Qual o indicador/concepção de qualidade estudado:**

Identificar nos trabalhos os indicadores utilizados para discutir a qualidade na EI, considerando o conceito de 'indicadores' construído no documento "*Indicadores de Qualidade na Educação Infantil*" (BRASIL, 2009).

**Os dados são primários ou secundários:**

Compreendendo como *dados primários* aqueles produzidos pelos pesquisadores, e como *dados secundários* aqueles que já existem.

**Qual o referencial teórico:**

Quais são os principais teóricos utilizados para discutir a avaliação da 'qualidade' na EI no interior dos trabalhos mapeados?

**Qual a metodologia de pesquisa**

Consideramos como *abordagem quantitativa* aquela que se baseia em dados numéricos, visando a quantificar evidências empíricas e delinear os dados. Consideramos como *abordagem qualitativa* aquela que não se baseia em dados numéricos, mas em evidências empíricas como valores, crenças e representações, com foco principalmente na perspectiva de ouvir os atores envolvidos na realidade pesquisada (OLIVEIRA, 2012).